

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

IDENTIFICAÇÃO DOS TRAÇOS HISTÓRICOS DO “TROPEIRISMO” NO ESPAÇO
URBANO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR

PONTA GROSSA
2013

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

IDENTIFICAÇÃO DOS TRAÇOS HISTÓRICOS DO “TROPEIRISMO” NO ESPAÇO
URBANO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
a obtenção do título de Licenciada em Geografia,
na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

PONTA GROSSA
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Simone Koniski Guimarães, RA: 101032502, RG: 10.564.096-0, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e portanto, responsabilizo me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.

Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 29 de outubro de 2013.

Assinatura do Acadêmico

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

IDENTIFICAÇÃO DOS TRAÇOS HISTÓRICOS DO “TROPEIRISMO” NO ESPAÇO
URBANO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de
Licenciada em Geografia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 20 de novembro de 2013.

Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky – Orientador
Doutor em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Ma.Elizabeth Johansen
Mestre em História
Universidade Federal do Paraná

Prof. Me. João Paulo Camargo
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky, pelo compartilhamento de seus conhecimentos, pelos conselhos, pelo incentivo à pesquisa e pela paciência e dedicação ao orientar o presente trabalho.

Aos representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural do município de Ponta Grossa (PR) que concederam entrevistas para a composição da presente pesquisa.

Aos professores do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelas contribuições à minha formação acadêmica e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa

Aos colegas dos cursos de Geografia – Licenciatura, Bacharelado e Mestrado, com os quais compartilhei de momentos de estudo e reflexão.

A minha mãe por seus cuidados e confiança.

Ao meu esposo pelo apoio, paciência e compreensão nos momentos de preocupações e incertezas.

RESUMO

O Tropeirismo foi uma atividade econômica que contribuiu para a formação de várias cidades do Paraná no século XVIII, que hoje integram o projeto turístico *Rota dos Tropeiros*. No espaço urbano do município de Ponta Grossa, que teve sua origem relacionada à passagem e ao pouso dos tropeiros e que, portanto, faz parte do referido projeto, não se observa com clareza a presença desta temática. Nesse sentido esta pesquisa procurou identificar os traços históricos do Tropeirismo no espaço urbano do município, através de seu patrimônio cultural material e imaterial, por meio dos acervos dos museus; do reconhecimento por parte de representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural e pela identificação desses traços no espaço urbano da cidade pela população.

Palavras-chave: Tropeirismo. Ponta Grossa. Patrimônio Cultural.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Limite entre São Paulo e Curitiba.....	44
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	– Memorial do Tropeirismo.....	36
FOTOGRAFIA 2	– Rua Augusto Ribas (1911).....	37
FOTOGRAFIA 3	– Rua Augusto Ribas (Atualmente).....	38
FOTOGRAFIA 4	– Capela Santa Bárbara.....	39
FOTOGRAFIA 5	– Monumento ao Sesquicentenário.....	40
FOTOGRAFIA 6	– Jogo do Tropeiro.....	41
FOTOGRAFIA 7	– Tropeada.....	42
FOTOGRAFIA 8	– Artesanato (Casa do Artesão).....	43
FOTOGRAFIA 9	– Coleção de tropeirismo (Museu Campos Gerais).....	45
FOTOGRAFIA 10	– Desfile na Avenida Vicente Machado.....	77
FOTOGRAFIA 11	– Tropeiros.....	78
FOTOGRAFIA 12	– Tropeiros.....	79
FOTOGRAFIA 13	– Tropeiros.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	– Origem do município de Ponta Grossa.....	46
GRÁFICO 2	– Reconhecimento de traços do Tropeirismo em Ponta Grossa.....	46
GRÁFICO 3	– Traços do Tropeirismo em Ponta Grossa.....	47
GRÁFICO 4	– Percentual de visitação aos museus em Ponta Grossa.....	48
GRÁFICO 5	– Museus Visitados.....	48
GRÁFICO 6	– Existência de objetos relacionados ao Tropeirismo no (s) museu (s).....	49
GRÁFICO 7	– Objetos relacionados ao Tropeirismo observados.....	49
GRÁFICO 8	– Projeto turístico Rota dos Tropeiros.....	50
GRÁFICO 9	– Importância da valorização da história do Tropeirismo em Ponta Grossa.....	50
GRÁFICO 10	– Motivos para a valorização da história do Tropeirismo em Ponta Grossa.....	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	–	Perfil dos entrevistados.....	73
TABELA 2	–	Conhecimento do Tropeirismo.....	74

LISTA DE SIGLAS

ADTCG	Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
CEPHA	Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná
COMPAC	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Artístico de Ponta Grossa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETU	Secretaria de Estado do Turismo
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 PAISAGEM.....	15
1.1.1 Paisagem Urbana.....	17
1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	18
1.2.1 Patrimônio Cultural Material.....	19
1.2.2 Patrimônio Cultural Imaterial.....	19
1.2.3 Preservação do Patrimônio Cultural Urbano.....	20
1.3 MEMÓRIA SOCIAL.....	21
1.3.1 Memória.....	21
1.3.2 Memória Social.....	22
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS (PLANEJAMENTO URBANO).....	23
2 O TROPEIRISMO E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	26
2.1 TROPEIRISMO.....	26
2.1.1 Caminhos das Tropas.....	28
2.2 O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	29
2.3 PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS.....	31
2.3.1 Turismo.....	31
2.3.2 Regionalização do Turismo.....	32
2.3.3 Projeto Rota dos Tropeiros.....	32
3 TRAÇOS HISTÓRICOS DO TROPEIRISMO NA PAISAGEM DE PONTA GROSSA	35
3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL.....	35
3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	40
3.3 MUSEUS (ACERVO).....	43
3.4 RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – Entrevistas	58
APÊNDICE B – Questionários	71
ANEXO – Fotografias (Acervo: Casa da Memória)	76

INTRODUÇÃO

O município de Ponta Grossa, localizado na região dos Campos Gerais é conhecido principalmente por seus campos – que lhe atribuem a alcunha de *Princesa dos Campos* – e por sua localização geográfica, uma encruzilhada de caminhos entre o sertão e o litoral paranaense (corredor de exportação) e entre a região Sul e Sudeste do Brasil (caminho das tropas, ferrovia e rodovias), que deu origem a um dos principais entroncamentos rodoferroviários da região Sul do Brasil.

Sua origem é decorrente do Tropeirismo. Ao percorrer rotas como o *Caminho do Viamão* e o *Caminho das Missões*, as tropas atravessavam a localidade, parando na região dos Campos Gerais para pouso¹ e internada².

O Tropeirismo foi uma atividade econômica desenvolvida entre o final do século XVII e o início do século XX, baseada na comercialização de animais de carga, criados no sul do país, sobretudo Rio Grande do Sul, além de Argentina e Uruguai para atender ao transporte de mercadorias, especialmente da região Sudeste.

Esse ciclo econômico contribuiu para a formação de vários municípios do Paraná no século XVIII, que tiveram sua origem devido à passagem das tropas.

Atualmente dezesseis desses municípios do Paraná, que tiveram sua origem no Tropeirismo, integram o projeto turístico *Rota dos Tropeiros* – um projeto de regionalização do turismo lançado em 2003, decorrente de ações de incentivo do governo federal e resultante da proposta de integração desses municípios. (SAHAIDAK, 2013).

O município de Ponta Grossa está entre os municípios que fazem parte deste projeto, entretanto, considerando suas raízes no Tropeirismo e sua participação no referido projeto, observa-se certa ausência dos traços históricos e desta temática no espaço urbano da cidade.

Nesse sentido esta pesquisa visa identificar a existência de remanescentes históricos desse movimento no espaço urbano de Ponta Grossa e verificar se eles se apresentam na forma de patrimônio cultural material: monumentos e edificações

¹ Local em que a tropa faz o pernoite, escolhido com base nas condições de segurança e facilidade de ronda (vigia dos animais). (RIBEIRO, 2006, p.168).

² Área de pastagem utilizada para recuperação e engorda dos animais. (RIBEIRO, 2006, p.167).

e/ou imaterial: costumes, modos de falar, *saber fazer*³, música, gastronomia entre outros patrimônios culturais intangíveis.

Sendo assim, o objetivo principal de identificar os traços históricos do “Tropeirismo” no espaço urbano do município de Ponta Grossa (PR) se realizará através dos seguintes objetivos específicos: verificar se há traços históricos do Tropeirismo na cidade na forma do patrimônio cultural material e imaterial; verificar se os museus da cidade apresentam acervo específico sobre o Tropeirismo; verificar a posição de representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural em relação a esse contexto; e verificar se a população identifica os traços do Tropeirismo na cidade.

Para atingir os objetivos esperados foram realizadas entrevistas qualitativas com representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural do município de Ponta Grossa (PR), a saber: a Diretora do Museu Campos Gerais, professora do Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), suplente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Artístico de Ponta Grossa (COMPAC) de 2004 a 2009; a chefe da Divisão de Assuntos Culturais da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX), professora do Departamento de Turismo – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); o Assistente Cultural da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG) lotado na Casa da Memória de Ponta Grossa; e o proprietário e curador do Museu Época.

Para verificar se a população identifica traços do Tropeirismo na cidade, foram aplicados questionários com 149 indivíduos, sendo que 89 pessoas responderam à pesquisa através de um formulário digital feito no *Google Drive*⁴ e 60 foram entrevistadas pessoalmente. Também foram realizados registros fotográficos e coletadas cópias digitais de fotografias antigas relacionadas ao Tropeirismo.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a fundamentação teórica desenvolvida a partir das leituras de conceitos centrais que o norteiam: **paisagem** - enquanto um dos conceitos chave da Geografia; **patrimônio cultural**; **memória social** e **políticas públicas** (planejamento urbano).

³ *Saber Fazer* é o domínio do processo que envolve materiais, ferramentas e técnicas utilizadas em ofícios tradicionais. (PRADO, 2011, p.135).

⁴ Serviço de armazenamento em servidores externos conectados através da internet (nuvem). Disponibiliza entre outras aplicações, a criação de formulários on-line, que possibilitam a coleta e gravação de informações através da conta de e-mail do *Google*.

O segundo capítulo esclarece o que foi o Tropeirismo, e trata da origem e do processo de ocupação do município de Ponta Grossa (PR) e do projeto turístico *Rota dos Tropeiros*.

O terceiro capítulo relata os traços históricos do Tropeirismo remanescentes no município de Ponta Grossa, identificados com base nas entrevistas realizadas com representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural de Ponta Grossa e nos questionários aplicados à população da cidade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste primeiro capítulo são apresentados alguns dos conceitos que se relacionam diretamente com a questão da preservação dos traços históricos da origem da cidade no seu espaço urbano.

Inicialmente é feita uma breve discussão sobre a trajetória do conceito de *paisagem* – um dos conceitos chave da Geografia, que contribuí para o entendimento dos significados atribuídos à paisagem urbana. Em seguida é discutido o conceito de *patrimônio cultural* – conceito diretamente relacionado com os objetivos do trabalho. Posteriormente é abordada a questão da *memória social*, bem como de sua preservação. Complementando estas discussões, por fim, é discutida a noção de *políticas públicas* relacionadas ao planejamento urbano, necessárias à efetivação das ações de preservação patrimonial.

1.1 PAISAGEM

A definição do conceito de paisagem na geografia se desenvolveu ao longo da história do conhecimento geográfico, podendo ser distinguida de acordo com diferentes tipos de abordagens através das quais a ciência geográfica passou, desde as positivistas até as concepções atuais que o relacionam com os aspectos culturais. (SCHIER, 2003).

De acordo com Schier (2003), a paisagem é definida nas abordagens positivistas como a "face material do mundo, onde se imprimam as atividades humanas", as abordagens neopositivistas se direcionam "para o termo região tentando dar enfoque ao processo de abstração da realidade física", do ponto de vista marxista, também direcionado ao termo região, ela é entendida como um "produto territorial da ação entre capital e trabalho", na ecologia humana, as abordagens demonstram "suas características sistêmicas" e atualmente seu conceito depende da percepção das pessoas, sendo definida como "um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana". (SCHIER, 2003, p. 80).

Para Milton Santos, a paisagem é formada por diversos elementos que a compõe, sendo "definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é

formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc." (SANTOS, 1988, p. 21).

Esta paisagem agrega diversos elementos incorporados em tempos distintos, pois, "existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual." (SANTOS, 2006, p. 67). Assim, com o decorrer do tempo, diferentes elementos são tanto incorporados quanto desagregados da paisagem.

O mesmo autor define a paisagem como "um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais" (SANTOS, 1988, p. 23), diferenciando na paisagem seus aspectos naturais – que não dependem da ação antrópica para existir dos artificiais – resultantes da ação humana sobre a paisagem natural, ação que nos distancia cada vez mais de sua face natural.

As correntes da geografia cultural atribuem à paisagem a importância do seu significado simbólico, assim Corrêa define a paisagem cultural como um "conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço" [que] "contém um significado simbólico, porque é produto da apropriação e transformação da natureza" (CORRÊA, 1995, pp. 5-7).

O significado simbólico da paisagem também é encontrado em Duncan, que considera que a paisagem pode ser 'lida' como um texto, entendendo que a paisagem é

[...] um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado, e explorado. (DUNCAN, 2004, p. 106).

Ao considerar que determinada paisagem é resultante da apropriação e transformação derivada ação humana, entende-se que, a maneira pela qual essa apropriação e transformação serão efetivadas, é decorrente dos diferentes significados atribuídos à paisagem em questão.

Ao tratar da nossa percepção, Chauí considera a paisagem como um conjunto complexo de fatores interligados que possuem diferentes conotações para os diferentes indivíduos de acordo com as intenções, percepções e necessidades com que observam a paisagem, apontando que ela

[...] não é uma soma de coisas que estão apenas próximas umas das outras, mas é a percepção de coisas que formam um todo complexo e com sentido: o vale só é vale por causa da montanha, cuja altura e distância só podem ser avaliadas porque há o céu (...) essa paisagem será um espetáculo de contemplação se o sujeito da percepção estiver repousado, mas será um objeto digno de ser visto por outros se o sujeito da percepção for um pintor, ou será um obstáculo, se o sujeito da percepção for um viajante que descobre que precisa ultrapassar a montanha. (CHAUÍ, 2000, p.154).

A paisagem é então construída a partir dos significados a ela atribuídos em decorrência da percepção do observador em relação à paisagem, e por isso, depende do seu ponto de vista, do seu conhecimento e dos seus interesses.

1.1.1 Paisagem Urbana

Ao considerar, com base nos conceitos citados acima, que a paisagem é um conjunto de elementos (naturais e artificiais) interligados e em constante transformação, que podem ser percebidos de diversas maneiras, a paisagem urbana comporta então uma configuração complexa de estruturas e elementos passíveis das mais diversas interpretações, pois ela

[...] pode ser vista, modificada, usada, destruída, consumida vendida e também pode causar prazer estético, sendo tratada, por vezes, apenas como um “produto” sociocultural. Mais do que isto, ela é constitutiva das relações socioculturais, pois é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante. Sendo assim paisagem é uma configuração de símbolos e signos socioculturais dispostos a inúmeras interpretações e percepções subjetivas, principalmente diante dos complexos processos urbanos da atualidade. (NETTO; ALVES, p. 8).

Assim, as distintas conotações atribuídas a uma mesma paisagem composta por uma diversidade de estruturas e elementos complexos, dependem da diversidade de percepções de diferentes indivíduos, com suas diferentes trajetórias.

Considerando essa diversidade de percepções e de interesses, a preservação dos traços históricos de determinada paisagem urbana surge como uma alternativa para resguardar aspectos que compõe essa paisagem e são considerados como patrimônio cultural de uma sociedade. Aspectos que, podem ser vistos como descartáveis, dependendo de interesses econômicos ou até de circulação e infraestrutura.

1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Em outros tempos o conceito de patrimônio indicava bens transmitidos como herança e o termo patrimônio histórico compreendia objetos e bens de valor artístico de uso comum da sociedade. A valorização da memória e dos aspectos artísticos desses bens e objetos fez com que esse conceito passasse a compreender cada vez mais outros novos elementos. Ao longo do tempo acompanhando o desenvolvimento da sociedade, o patrimônio se tornou um produto midiático com o advento da era da indústria cultural, definida por Choay como revolução 'protética' – modelo em que o uso de próteses faz a mediação entre os homens e o mundo ou outros homens. (CHOAY, 2006).

Françoise Choay (2006) também aponta que a valorização do patrimônio histórico adquire cada vez mais uma conotação econômica, em que determinados indivíduos com poder de decisão mudam o destino desses bens em prol de seus próprios interesses.

Além da noção de patrimônio transformada em produto econômico que serve às perspectivas do desenvolvimento e do turismo em detrimento dos valores memoriais e artísticos, o patrimônio também é usado como instrumento de dominação social na medida em que a escolha do que é considerado patrimônio passa a ser uma decisão econômica ou política, onde, “a palavra patrimônio indica escolhas oficiais, que envolvem exclusões” (MONASTIRSKY, 2009, p. 330).

Exclusões devidas aos silêncios daqueles que não têm oportunidade de escolher o que deve ser mantido e preservado, através da implementação das tradições inventadas, ao invés das tradições populares pela “desqualificação de concepções, práticas e saberes populares diante da fala autorizada do especialista.” (SILVA, 1992, p. 17).

Dessa forma, o patrimônio cultural de um grupo de indivíduos é o conjunto de bens e costumes que representam sua trajetória e, portanto, é de fundamental importância para a expressão de sua identidade enquanto grupo social.

Conforme apontado por Gonçalves: “Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento”. (GONÇALVES, 2002, p. 121).

Dessa forma, entende-se que os resquícios materiais e imateriais do Tropeirismo, bem como de outras fases históricas, ao representar a trajetória do município de Ponta Grossa, vêm a compor seu patrimônio cultural e, portanto, devem ser preservados.

1.2.1 Patrimônio Cultural Material

O patrimônio cultural constituído pelo conjunto de bens e costumes que representam a trajetória de uma sociedade compreende aspectos materiais e imateriais.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵, o patrimônio cultural material é composto pelo:

[...] conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza [...] arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. [...] divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2013, s/p.).

O aspecto material de um patrimônio cultural é, então, formado por elementos concretos, ou seja, elementos com existência física, como edificações, ruas, artefatos, monumentos, etc.

1.2.2 Patrimônio Cultural Imaterial

Na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, realizada em 2003, em Paris, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) definiu o patrimônio cultural imaterial como

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - o que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2013, p. 3).

No seu portal o IPHAN, ao tratar da ampliação da noção de patrimônio cultural com o reconhecimento dos seus aspectos materiais e imateriais pela Constituição Federal de 1988, traz que

⁵ Órgão federal que promove e coordena o processo de preservação do patrimônio cultural nacional.

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN, 2013, s/p.).

Assim, os aspectos imateriais ou intangíveis abrangem aqueles aspectos decorrentes da prática dos indivíduos, como os costumes, os modos de falar, o *saber fazer*, a música, a gastronomia entre outros patrimônios culturais.

1.2.3 Preservação do Patrimônio Cultural Urbano

Com a inversão de valores do mundo globalizado a preservação do patrimônio cultural urbano, depende tanto de sua viabilização por parte do poder público através da implantação e aplicação de leis de proteção, quanto do interesse dos seus cidadãos, pois um objeto protegido

[...] só incorpora valor e, portanto, adquire sentido de ser, quando assim reconhecido pelos cidadãos. Ao mesmo tempo, o próprio ato de proteção cria as condições de sua valorização, pois os objetos assim evidenciados são gradativamente incorporados ao imaginário popular. (ADAMS, 2002, p. 18).

Dessa forma, o entendimento da população sobre a preservação dos resquícios do seu passado é importante, pois, ao longo do tempo com a incorporação de diversas concepções o conceito de patrimônio adquiriu ambigüidade, ao mesmo tempo em que, sua definição é resultado da valorização da memória e do passado de um grupo de indivíduos, é também um produto cultural e um instrumento de dominação.

Porém, se for levado em consideração que “cada grupo faz um uso diferente do espaço da cidade” (VELOSO, 2001 apud OLIVEIRA, 2002, p. 9), o interesse ou a ausência de interesse pela preservação do seu patrimônio histórico e cultural, pode ser causado independentemente do poder dominante, e sim pelo uso que se faz de cada seguimento e pela época em que essa discussão vem à tona, pois, “em cada época a sociedade e suas autoridades têm uma idéia sobre o que deve ser preservado”. (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

Assim, diferentes usos e diferentes discursos são fundamentais na decisão do que será preservado. Segundo Oliveira, o Brasil se encontra em um momento em que,

[...] o patrimônio arquitetônico está conectado não só com o passado e a memória nacionais, mas também com a vida das pessoas que moram no espaço da cidade. O conjunto urbanístico, assim como a paisagem, está fazendo parte do patrimônio cultural que se inter-relaciona com a noção de espaço turístico. (OLIVEIRA, 2002 p. 11).

Nesse sentido, trabalhar com a percepção da sociedade acerca dos componentes de um patrimônio cultural decorrente de um processo histórico mais antigo torna-se uma tarefa delicada, pois, o interesse dos indivíduos depende de sua relação com aquele aspecto histórico.

A identificação dos indivíduos de uma sociedade com determinado aspecto remoto de sua história se torna mais incerta com o decorrer do tempo, devido às diversas transformações pelas quais, a sociedade passou e a ausência de uma tradição de contemplação que possibilite que este patrimônio fique vivo na lembrança das pessoas.

1.3 MEMÓRIA SOCIAL

Conforme visto acima, a efetivação da preservação da memória social de um grupo de indivíduos contribui para a valorização do patrimônio cultural decorrente do processo histórico através do qual essa sociedade se desenvolveu.

Nesse sentido, a seguir é abordada a questão tanto da memória individual, quanto da memória social, enquanto componentes da construção de dada identidade.

1.3.1 Memória

Ao tratar da memória como um dos aspectos do conhecimento Chauí aponta que a memória “é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”. (2000, p. 158). A autora salienta sua relação com o tempo passado ao indicar que “A memória é, pois, inseparável do sentimento do tempo ou da percepção/experiência do tempo como algo que escoou ou passa.” (CHAUÍ, 2000, p. 159).

É através da memória que as sociedades se distinguem enquanto grupo social e se sentem valorizadas por seus feitos passados, portanto, mecanismos de preservação da memória são necessários para dar um sentido à identidade de uma população. “As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a

todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade” (TUAN, 1983, p. 206).

Esse sentido de identidade é formado nos indivíduos através do conjunto de fatos ou narrativas recordadas, com os quais se identificam, sendo a memória então, “uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento” (CHAUÍ, 2000, p. 159).

1.3.2 Memória Social

Para Chauí a dimensão social da memória é constituída pela memória objetiva, que é formada por elementos externos ao sujeito, e “é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva.” (CHAUÍ, p. 163).

Porém, essa dimensão social da memória tem origem nas memórias individuais que são consideradas, segundo Pollak (1992), de acordo com as preocupações do momento, a memória de um povo é então um *fenômeno construído*, que sofre forte intervenção seletiva fazendo com que nem tudo fique gravado.

A memória herdada reflete de “flutuações que são função do momento em que ela é articulada” [...] “As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. (POLLAK, 1992, pp. 200-212). Além disso, as relações de poder também interferem nessas *decisões*, conforme apontado por Silva,

[...] a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder. A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade. (SILVA, 1992, p. 18).

Portanto a memória de um grupo de indivíduos construída ao longo do tempo, de acordo com as flutuações do momento e com os mecanismos de dominação, pode ser entendida:

[...] como um processo socialmente ativo de criação de fatos e significados que modela nossa consciência do ontem e do hoje, afirma algumas tendências, possibilidades e sujeitos, apagando outras memórias e histórias dissidentes. (MACIEL, 2000, p. 16).

Como compreender o que cada indivíduo ou cada grupo de indivíduos valorizam do seu passado e com que projeções desse passado eles se identificam, é um processo subjetivo, pois, “Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social”. (KHOURY, 2000, p. 131). Assim,

[...] é muito difícil estabelecer o que é ou não significativo para a memória de diferentes segmentos humanos, principalmente nas grandes cidades, carregadas de heterogeneidade. É preciso observar, conquistar aliados, e esse é um processo difícil e lento, que necessita muita sutileza e uma certa delicadeza ao tratar com as pessoas que usam determinado bem, que se resolveu preservar. (PINHEIRO, 2002, p. 154).

Gonçalves (2002) apontando que um *discurso*, é qualquer enunciado proferido por qualquer grupo, em prol de sua visão de mundo, aponta que as *identidades* e as *memórias* de uma sociedade são construídas por *discursos de patrimônio cultural* proferidos por diversos grupos, que se expressam supondo representar a coletividade. Para o autor, a impossibilidade de um discurso ter tal abrangência faz com que ocorram tensionamentos em relação às diferentes perspectivas não contempladas.

Dessa forma, valorizar a memória e o patrimônio cultural decorrente de diferentes grupos de indivíduos é uma forma de contemplar as diversas perspectivas de discursos distintos.

Nesse sentido, conforme apontado anteriormente, se considerarmos que é através da memória que as sociedades se distinguem enquanto grupo social e se sentem valorizadas por seus feitos passados, então, o resgate de uma memória histórica que contemple determinado momento histórico, serve como um mecanismo através do qual é possível proporcionar sentido e identidade à população.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS (PLANEJAMENTO URBANO)

Conforme aponta Adams (2002), a tendência de uniformização da paisagem gerada pelo capitalismo faz com que os cidadãos deixem de se identificar com suas cidades, porém, a crítica ao *progresso* faz com que se perceba a necessidade de preservar a identidade das sociedades, preservação que, para a autora “exige sua reutilização com um sentido social” (ADAMS, 2002, p. 20).

À medida que as cidades se modernizam a preservação tem cada vez menos importância do ponto de vista do poder público, Adams aponta que “As legislações de zoneamento e uso do solo são indutoras da dinâmica construtiva das cidades e podem desempenhar um papel determinante para a preservação ou perda dos acervos patrimoniais existentes.” (ADAMS, 2002, p. 49).

As Políticas Públicas são ações e projetos desenvolvidos no âmbito governamental e, portanto, devem buscar o bem comum, ou seja, contribuir para melhorias para diferentes aspectos da sociedade

Na perspectiva governamental, as ações devem ser empreendidas para o benefício coletivo, resultando em melhorias para o grupo social. As políticas públicas exercem papel fundamental na organização das ações do Estado para atender os diferentes segmentos que compõem a sociedade. (SAHAIDAK, 2013, p.25).

Dessa forma, as políticas públicas, bem como o planejamento urbano, são fatores determinantes para a preservação do patrimônio cultural de uma cidade, pois, o conjunto de bens e costumes que representam a trajetória de uma sociedade são constantemente afetados por diversos fatores, como a ação do tempo, o direito à propriedade privada, os interesses econômicos, a influência de outras culturas acentuada pela mídia, a falta de valorização pela própria sociedade, entre outros.

O poder público pode e deve assegurar as condições legais e econômicas de preservação determinado patrimônio cultural, seja ele, material ou imaterial, entretanto, só preservar não basta, pois, “a preservação torna vitorioso o objetivo de proteger, mas os bens incorporam momentos de sua existência cuja história é importante restituir.” (ADAMS, 2002, p. 100).

Para que esse patrimônio seja realmente preservado é necessário que a sociedade compreenda seu valor, não apenas econômico, e sim seu valor histórico e cultural. A preservação nesse caso se dá a partir da manutenção da história e da cultura de determinada representação social que vem a compor a paisagem das cidades.

Além das instâncias nacionais, estaduais e municipais de governança, que têm relação direta com o planejamento urbano das cidades, existem outros órgãos públicos de proteção que atuam justamente na preservação do patrimônio cultural em âmbito federal, estadual e municipal.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão federal que promove e coordena o processo de preservação do patrimônio cultural nacional, através da análise da situação de bens patrimoniais por meio de diretrizes, planos, relatórios e instrumentos de preservação. (IPHAN, 2013).

O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA) é o órgão estadual de acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná. (PARANÁ, 1987).

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Artístico de Ponta Grossa (COMPAC) é o órgão que gerencia as ações relativas ao patrimônio do município, sendo então o órgão que possui relação direta com a sua preservação histórica, do qual, devem partir às ações de incentivo a conservação da história da cidade.

2 O TROPEIRISMO E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

O município de Ponta Grossa teve sua origem e seu processo de ocupação acentuado em função da passagem, pouso e invernação das tropas na região dos Campos Gerais, e atualmente é um dos municípios integrantes do projeto turístico *Rota dos Tropeiros*.

Este capítulo apresenta o que foi o Tropeirismo, bem como sua contribuição para a integração territorial entre diversas localidades; trata da origem e do processo de ocupação do município de Ponta Grossa (PR), relacionado ao Tropeirismo e esclarece sobre o projeto turístico *Rota dos Tropeiros*, que propõe a reintegração de algumas dessas localidades na atualidade.

2.1 TROPEIRISMO

No decorrer de sua história, o ser humano desenvolveu técnicas de apropriação e transformação dos recursos naturais disponíveis, criando assim, determinados comportamentos e necessidades. Uma dessas necessidades é a dependência de sistemas de deslocamento e de transporte, que por sua vez servem às necessidades de exploração de recursos.

O Tropeirismo foi uma atividade econômica desenvolvida no Brasil entre o final do século XVII e o início do século XX, baseada na comercialização de animais de carga (asininos⁶, equinos e bovinos), dos criatórios no sul do país, sobretudo no Rio Grande do Sul, além de parte da Argentina e Uruguai, para atender ao transporte de mercadorias, especialmente da região Sudeste.

Os responsáveis pela condução e negociação dos animais foram chamados de tropeiros. Algumas das mercadorias transportadas no lombo das mulas eram: “minério de ferro, ouro, café, algodão, açúcar” (BUENO, 2008, p. 39).

O principal centro de comercialização de muares era a Feira de Sorocaba em São Paulo, que teve início no final do século XVIII, chegou ao seu auge entre 1850 e 1860, e perdeu a metade do seu movimento com o início da ferrovia em São Paulo, sendo extinta em 1897. (BUENO, 2008).

Devido à descoberta da existência de ouro nas Minas Gerais brasileiras, em torno de 1692, “toda a mão de obra disponível passou a ser empregada na

⁶ Os asininos ou muares, nascem do cruzamento entre um jumento e uma égua, ou seja, a mula (feminino) e o burro (masculino).

mineração. Abandonando-se a economia de subsistência, ocorreu a escassez de alimentos e de transporte”. (BUENO, 2008, p. 27).

Assim, devido à sua resistência física, os muares eram utilizados para transportar tanto a produção de mantimentos para abastecer os trabalhadores das minas exploradas como para transportar as riquezas extraídas.

Tendo em vista que os animais de carga não são nativos da América, Bueno (2008) sugere que eles foram trazidos através de expedições estrangeiras que visavam conquistar terras e explorar riquezas como ouro e prata. Como no caso dos colonizadores espanhóis que introduziram os muares na América utilizando “os pampas de Buenos Ayres, de Santa Fé e da Colônia do Sacramento (hoje Argentina e Uruguai) para trazer éguas e jumentos e criar mulas”. (RIBEIRO, 2006, p.138).

Assim, inicialmente os muares eram adquiridos nos criatórios do Uruguai e dos campos argentinos, onde havia grandes criatórios de muares, usados no transporte de ouro e prata das minas de Potosi, descobertas em 1545, na Cordilheira dos Andes – atual território boliviano. (BUENO, 2008).

Ainda de acordo Bueno (2008), a importação de muares para o Brasil foi proibida, pois, em meados de 1760 já havia criatórios no Rio Grande do Sul, entretanto, alguns criatórios serviram de fachada para o contrabando desses animais que continuavam a vir da Argentina, pois, aqui havia a crença de que criar mulas, além de dar trabalho dava azar.

Ao longo dos trajetos percorridos a tropa precisava encontrar locais que demonstrassem segurança e condições para realizar a ronda dos animais, nos quais pudessem parar para pouso (descanso) e internada – recuperação e engorda dos animais.

Em geral, os pousos eram separados pela distância equivalente a uma jornada, aproximadamente “39,6 Km., correspondente à autonomia diária dos animais.”. (BUENO, 2008, p. 28).

Esse sistema de circulação serviu de ligação entre diversas áreas do Brasil que ainda não dispunham de outro sistema de circulação e transporte mais ágil como os sistemas ferroviários e rodoviários que foram implantados ao longo do tempo.

Dessa forma, ao realizar longos percursos, fazendo seus pousos ao longo do caminho, o Tropeirismo contribuiu para a integração territorial, o desenvolvimento econômico, o povoamento e a formação de uma identidade histórica em diversas

regiões do Brasil, como no Paraná, onde ao longo do século XVIII, diversos pousos evoluíram para pequenos povoados que com o passar do tempo se tornaram municípios.

2.1.1 Caminhos das Tropas

Foram vários os percursos realizados pelos tropeiros, alguns deles aproveitavam as rotas das trilhas indígenas já existentes como o Caminho do Peabiru que englobava vários caminhos de origem indígena que se cruzam próximo a Ponta Grossa (BUENO, 2008), o Caminho de Itupava “ligava o litoral aos campos do primeiro planalto paranaense” (FRASSON; GOMES, 2010, p.4), e o Caminho do Purunã abrangia, “os campos de Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, etc., até alcançar a Serra Geral a oeste.” (BUENO, 2008, p. 29).

Porém, o traçado desses caminhos primitivos não era adequado, havendo a “necessidade de viabilizar o deslocamento por terra das tropas, principalmente, do sul do Brasil para as regiões que se desenvolviam rapidamente – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais”. (FRASSON; GOMES, 2010, p.4).

Dessa forma, até o final do século XVII os tropeiros passaram a percorrer o Caminho do Viamão que “se estabeleceu [como] a principal rota terrestre ligando os criatórios do Sul com as demais regiões consumidoras do Brasil.” (FRASSON; GOMES, 2010, p.4), passando pelas seguintes localidades:

Caminho do Viamão, Cerro do Jarau, Coxilha dos Ventenas, Alegrete, Xapevi (vadeando o rio Ibicuí no passo do Capané), São Vicente, Santa Maria, Rio Pardo, Rio Jacuí, Viamão – Registro, Santo Antônio da Patrulha – Registro, Vacaria, Lages – Divisa RS e SC, Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itararé – Divisa PR e SP, Itapeva, Itapetininga, Araçoiaba da Serra, Sorocaba. (BUENO, 2008, p. 22).

Posteriormente os tropeiros passaram a utilizar mais o Caminho das Missões, bem como os ramais abertos entre as duas rotas. Em geral este caminho compreendia “Viamão, Vacaria, Lages, Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, seguindo para Sorocaba, S.P. De Palmeira, um ramal para Curitiba. De Castro, um ramal para Tibagi.” (BUENO, 2008, p. 24).

2.2 O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

O município de Ponta Grossa, localizado na região dos Campos Gerais é conhecido por seus campos e por sua localização geográfica, uma encruzilhada de caminhos entre o sertão e o litoral paranaense (corredor de exportação) e entre a região Sul e Sudeste do Brasil (caminho das tropas, ferrovia e rodovias), que deu origem a um dos principais entroncamentos rodoferroviários da região Sul do Brasil.

A localidade tem sido ponto de encontro de rotas de transporte de cargas desde os caminhos das tropas, até o advento das rodovias.

Ponta Grossa é uma cidade nascida e criada à beira das estradas. Eis uma das razões de sua forma característica de aranha (ou teia de aranha) quando vista em planta. Desde o princípio do Brasil, o terreno dos Campos Gerais – mar de colinas verdes, sem matas, nem cipós – foi propício à passagem de caravanas, de bandeiras, de tropas, de carroções, de trilhos da estrada-de-ferro, da fita negra do asfalto. E Ponta Grossa tornou-se a encruzilhada de todos estes caminhos. (RADENIK, 1990, p. 7 *apud* KNEBEL, 2001, p. 309-310).

Suas características geográficas como o relevo ondulado, os campos com pasto abundante e a disponibilidade de água, propiciaram as condições necessárias, para que a região adquirisse importância como pouso e local de invernada para os animais transportados dos criatórios do Sul até as feiras em Sorocaba (SP), onde eram comercializados.

Os Campos Gerais do Paraná, ricos em pastaria, tornaram-se, desde o início do século XVIII, um importante criatório pecuarista e um dos pontos mais requisitados para a invernagem do gado que era transportado pelo Caminho das Tropas, que ligava os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul ao principal mercado de gado de então, Sorocaba (SP). (KNEBEL, 2001, p. 309).

Diversas localidades dos Campos Gerais serviam como pontos de passagem, onde os tropeiros utilizavam de aspectos da infra-estrutura desses locais, conforme apontado por Pereira (1990, pp. 02-05) citado por Zulian (2001, p. 328).

[...] para fazendeiros e tropeiros, as cidades dos Campos Gerais eram pontos de passagem, com um significado puramente acessório: locais para o culto religioso, para a resolução de questões burocráticas e para a comercialização de produto agropecuário.

Além disso, o pouso que deu origem ao vilarejo de Ponta Grossa era considerado de importância estratégica e topográfica:

Lange (1998, p. 33) traz a informação de que no pouso chamado Ponta Grossa, considerado como de convergência de caminhos tropeiros e em consequência da importância estratégica e topográfica teriam passado, até o ano de 1860, aproximadamente 2.729.000 animais com destino a Sorocaba. (LANGE, 1998, p. 33 apud FRASSON; GOMES, 2010, p.4).

Com o decorrer do tempo, pequenos povoados se formaram na localidade, constituídos principalmente por comerciantes que atendiam a demanda trazida pelos tropeiros e por grandes proprietários de terras oriundas da distribuição das sesmarias.

O vilarejo de Ponta Grossa surgiu “em meados do século XVIII, [...] assim denominado por encontrar-se sob um capão da ponta grossa. Pertencente ao município de Castro” (KNEBEL, 2001, p. 309), sendo elevada a freguesia em 1823 e adquirindo autonomia política somente em 1862. (KNEBEL, 2001).

Existem duas teorias acerca da origem do nome do vilarejo de Ponta Grossa, uma delas aponta que havia um capão com uma das extremidades com a *ponta grossa* no atual bairro da ronda – onde “as caravanas dos tropeiros estacionavam” (MALHO et al., 2005, p. 4), e a outra indica que nas proximidades do Rio Jotuba, (que forma a represa dos Alagados) havia uma formação rochosa de *ponta grossa* que podia ser vista quando as tropas se aproximavam da cidade.

Em 1885, Ponta Grossa é elevada à categoria de Vila em função dos incentivos e ações dos grandes proprietários de terra, “classe social que passa a comandar a política local a partir desta data” (SACCHELLI, 2001, p. 170), pois,

Tanto o desmembramento das terras quanto o requerimento de novas sesmarias acabam por reforçar a influência dos grandes proprietários, já que esse requerimento só poderia ser feito através da indicação de algum outro grande fazendeiro. (CHAMMA, 1998 apud PAULA, 2001, p. 55).

A herança da formação histórica de uma classe social detentora de grandes parcelas de terras ao longo dos limites da cidade permanece até os dias de hoje, resultando numa infinidade de vazios urbanos.

Com a prolongação da linha férrea até Ponta Grossa em 1894, o processo de desenvolvimento da cidade é ainda mais acentuado, gerando um

[...] rápido processo de modernização urbana, com início na primeira fase econômica da erva-mate e da madeira, a partir de 1870, com a vinda de imigrantes para a cidade. [...] As transformações socioeconômicas, até então lentamente ocorridas, sucederam-se de forma dinâmica, ampliando a configuração urbana. (MONASTIRSKY, 2001, p. 41).

Esse rápido processo de modernização e desenvolvimento urbano pode ser considerado um dos motivos, que favoreceu que a população local perdesse a identificação com os aspectos históricos culturais decorrentes da origem da cidade.

2.3 PROJETO TURÍSTICO *ROTA DOS TROPEIROS*

O projeto *Rota dos Tropeiros* é um projeto de regionalização do turismo lançado em 2003, decorrente de ações de incentivo do governo federal e resultante da proposta de integração de vários municípios do Paraná que tiveram sua origem no Tropeirismo. (SAHAIDAK, 2013).

Para analisar as nuances desse projeto turístico enquanto política pública com influência no planejamento urbano dos municípios envolvidos, neste capítulo são analisados os seguintes aspectos: o turismo – enquanto fenômeno econômico e social, as ações de regionalização do turismo e a implantação do projeto Rota dos Tropeiros.

2.3.1 Turismo

O turismo é uma atividade político cultural de caráter espacial, ou seja, que consome e produz espaço. (SILVA, 2012). Apesar de seu uso ser voltado frequentemente à obtenção de lucro, esta prática sócio espacial, além de movimentar grandes fluxos de pessoas e de capital, também agrega valor simbólico ao se apropriar e difundir aspectos de determinada cultura.

O Turismo se for aplicado de forma planejada e bem intencionada, surge como uma oportunidade de construção e compreensão da representação simbólica de determinado bem ou costume, pois o turismo:

[...] representa também um fenômeno social e cultural de grande importância. Respondendo diretamente à fome insaciável de dramatizações nos imaginários sociais de pessoas que estão na busca de um relaxamento das suas rotinas cotidianas, o turismo apela – com seu suspense, sua excitação, suas possibilidades de identificações lúdicas e seu divertimento contemplativo – diretamente às necessidades existenciais da vida social. (SAHR; SAHR, 2001, p. 394).

Essa representação simbólica permite a construção de uma identidade própria para determinada população. Nesse sentido a função do turismo pode ser a de resgatar uma paisagem histórica que enriqueça as opções de contemplação e lazer dos próprios moradores da cidade.

A construção de uma identidade própria decorrente da valorização de aspectos de determinada localidade, tanto pelos turistas, quanto por seus moradores, complementa e enriquece sua paisagem. “A imagem real da paisagem é complementada pela narração fictícia dos eventos, o espaço se integra ao tempo, a contemplação ao suspense.” (SAHR; SAHR, 2001, p. 407).

2.3.2 Regionalização do Turismo

A regionalização do turismo é decorrente de ações e políticas públicas que visam promover o desenvolvimento econômico regional através da descentralização dos destinos turísticos, promovendo uma gestão regionalizada.

No Brasil, essas ações de regionalização do turismo tiveram início em 2003, a partir da criação do Ministério do Turismo (Mtur) e do lançamento do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, pautado nas premissas abaixo.

[...] parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social. (BRASIL, 2004, p.7).

Com base nessas premissas, o Ministério do Turismo apresentou no ano de 2004 o Programa de Regionalização do Turismo *Roteiros do Brasil*. Este programa propôs o estabelecimento de territórios com determinada “identidade regional que represente os municípios envolvidos, para que estes sejam atendidos através de programas e projetos de cunho público.” (SAHAIDAK, 2013, p. 32).

Esses territórios devem ser compreendidos como compostos por “tanto o campo físico, enquanto palco de ações, como também o campo simbólico, relacionado às considerações e aos significados do território nas ações sociais.” (SAHAIDAK, 2013, p. 21).

2.3.3 Projeto *Rota dos Tropeiros*

O projeto turístico *Rota dos Tropeiros* é um projeto de regionalização do turismo, lançado em 2003, decorrente do Programa de Regionalização do Turismo *Roteiros do Brasil*.

De acordo com Sahaidak (2013), o projeto foi idealizado a partir “de um diagnóstico cultural realizado pelo SEBRAE-PR, no ano 2001; porém, um plano de trabalho foi desenvolvido por Carlos Roberto Solera e Eduardo Zardo, dando início ao atual projeto.” (SAHAIDAK, 2013, p.44).

Fazem parte desse projeto, dezesseis municípios do Paraná "com aspectos culturais essencialmente próximos, de cidades que tiveram a sua origem e desenvolvimento inicial a partir da participação da rota dos tropeiros, nos séculos XVIII e XIX." (SAHAIDAK, 2013, p.23).

Inicialmente a coordenação do projeto foi feita pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG)⁷, instituição que atende as prefeituras de “dezoito municípios da região dos Campos Gerais” (SAHAIDAK, 2013, p.48), porém, devido a necessidade de integração entre os setores público e privado, visando atender ao turismo, foi criada Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais (ADTCG), que atenderia ambos os setores. (SAHAIDAK, 2013).

Entretanto, conforme apontado por Sahaidak (2013), apesar de os municípios envolvidos terem tentado se adaptar ao projeto, a ausência de um diagnóstico regional efetivo e de um plano de ação, fez com que sua implantação e desenvolvimento tenha se dado de forma desigual entre os municípios integrantes.

Isso se deve à falta de integração entre os municípios decorrente do elevado número de municípios a serem atendidos pela ADTCG, à falta de verbas destinadas ao projeto e a dependência da colaboração dos setores público e privado. Outros fatores são decorrentes das diferenças entre as cidades envolvidas: ausência de funcionários municipais que atuem no projeto e de estrutura e apelo turístico, as diferenças de prioridades entre as gestões e entre as prefeituras devido às suas características econômicas distintas. (SAHAIDAK, 2013).

Conforme o trecho da entrevista cedida à pesquisa de Sahaidak (2013), destacado abaixo, o responsável municipal pelo turismo afirma que no caso do município de Ponta Grossa, o envolvimento com o projeto não é efetivo em relação ao aspecto cultural, devido a ausência do *produto* Tropeirismo:

Nós não trabalhamos com Agencia Rota dos Tropeiros, porque o nosso produto tropeirismo aqui não existe. Ponta Grossa foi a maior cidade que se criou ao longo da Rota dos Tropeiros, mas é a que menos traz a herança

⁷ “Órgão de representação municipal e microrregional, [...] constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos” (AMCG, 2013, s/p).

dos tropeiros. Castro tem o museu dos tropeiros, Tibagi tem uma história muito maior. A Lapa...

Mas em Ponta Grossa, efetivamente a única coisa que existe foi o monumento que foi criado e como a cidade se desenvolveu muito, tomou outro caminho essa memória a respeito do tropeirismo foi se perdendo.

Rota é um projeto e não um produto. A Rota é um fato histórico, um caminho, como tantos outros que existem. Agora, nós nos afastamos e ficamos distantes da questão do tropeirismo porque perdemos o vínculo por completo. (SAHAIDAK, 2013, p. 93).

O município de Ponta Grossa é então, um dos municípios que faz parte do projeto *Rota dos Tropeiros*, mas que atualmente não desenvolve nenhuma ação efetiva em função deste roteiro turístico, além de servir como suporte, em termos de infraestrutura, aos municípios da região.

Considerando que sendo um projeto de regionalização do turismo, e que por esse motivo visa desenvolver o turismo a partir das potencialidades locais, o município de Ponta Grossa, dotado de infraestrutura e de diversas potencialidades turísticas, que não precisam ser necessariamente decorrentes do Tropeirismo, deixa a desejar no âmbito de seu planejamento turístico e cultural.

3 TRAÇOS HISTÓRICOS DO TROPEIRISMO NA PAISAGEM DE PONTA GROSSA

Conforme visto no capítulo anterior, o município de Ponta Grossa, bem como outros municípios do Paraná, teve seu processo de ocupação intensificado através do Tropeirismo.

O Tropeirismo deixou diversos traços materiais e imateriais na paisagem e no espaço urbano desses municípios, sendo que em alguns deles, devido a iniciativas de preservação histórica e cultural, esse patrimônio pode ser percebido mais facilmente. Um exemplo é o município de Castro, que homenageia o Tropeirismo com a Casa de Sinhara⁸ e o Museu do Tropeiro⁹.

No município de Ponta Grossa, um observador menos atento pode acreditar que não resta muito do Tropeirismo. Essa noção de que são poucos os resquícios do Tropeirismo no município foi o que motivou a presente pesquisa.

Sabendo-se que o município teve seu processo de ocupação intensificado através do Tropeirismo e que é um dos municípios integrantes de um projeto turístico que tem como foco essa origem, surgiu o questionamento acerca da existência de traços materiais e imateriais dessa formação histórica. Quais são esses traços? Onde podem ser observados?

Neste capítulo, procura-se apresentar quais são os traços históricos do Tropeirismo remanescentes no município de Ponta Grossa, com base nas entrevistas realizadas com representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural de Ponta Grossa (Apêndice A) e nos questionários aplicados à população da cidade (Apêndice B).

3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

Ao contrário da noção inicial de que os resquícios do Tropeirismo no espaço urbano do município de Ponta Grossa são escassos ou ausentes, os resultados obtidos através desta pesquisa mostram que, seu espaço urbano comporta diversos elementos decorrentes desse processo.

⁸ Localizada na Praça Sant'Ana do Iapó, possui objetos, móveis e utensílios, que retratam a vida da mulher castrense na época do tropeirismo. (MUSEU DO TROPEIRO, 2013, s/p).

⁹ Localizado na Praça Sant'Ana do Iapó, o Museu do Tropeiro expõe um vasto acervo que retrata o Tropeirismo. (MUSEU DO TROPEIRO, 2013, s/p).

Em relação ao patrimônio material, os principais elementos materiais identificados foram: o *Memorial do Tropeirismo*, o traçado irregular de estradas e de algumas ruas no centro da cidade, como a antiga Rua das Tropas e a Capela Santa Bárbara.

O *Memorial do Tropeirismo* (Fotografia 1) construído em homenagem ao Tropeirismo, de autoria de Douglas Mayer, foi inaugurado em 2003, na rotatória da Rua Silva Jardim no centro de Ponta Grossa. Trata-se de uma escultura em aço em que um tropeiro aponta o caminho das tropas, um totem com desenhos em alto relevo que mostram a condução das tropas, quatro murais de concreto revestidos de cerâmica pintada que contam a história do tropeirismo, e, uma estrutura metálica apoiada nesses murais, simbolizando um pouso. (PMPG, 2013, s/p).

FOTOGRAFIA 1 – Memorial do Tropeirismo



Fonte: A autora, 2013.

As estradas que ligam a cidade a outras localidades, bem como traçado irregular de algumas ruas no centro, e a antiga Rua das Tropas (Rua Augusto Ribas) estão entre os resquícios do Tropeirismo mais visíveis no espaço urbano da cidade,

entretanto, estes aspectos não são amplamente reconhecidos pela população pontagrossense, conforme será visto no item 3.4 deste capítulo.

A Rua Augusto Ribas era conhecida antigamente como *Rua das Tropas*, devido à passagem dos tropeiros entre os séculos XVIII e XIX, fazendo a ligação entre Ponta Grossa e Castro, com sentido sul-norte.

Sua atual nomenclatura é uma homenagem a Augusto Lustosa de Andrade Ribas (1847-1897), um ativo político ponta-grossense. (PMPG, 2013, s/p). Entretanto, a placa que a identificava como *Rua das Tropas* ainda pode ser vista pelos transeuntes, pois, ela se encontra fixada na parede externa do Centro de Cultura localizado na Rua Augusto Ribas, juntamente com a placa com a atual nomenclatura.

A foto abaixo (fotografia 2), ilustra a paisagem da Rua Augusto Ribas em 1911. A paisagem atual desta localidade com a placa da antiga Rua das Tropas fixada no Centro de Cultura, pode ser observada nas fotos seguintes (fotografia 3).

FOTOGRAFIA 2 – Rua Augusto Ribas (1911)



Fonte: PMPG, 2013.

FOTOGRAFIA 3 – Rua Augusto Ribas (Atualmente)



Fonte: A autora, 2013.

A religiosidade é uma das características mais marcantes nas cidades que tiveram sua origem em decorrência do Tropeirismo, em função disso existem de muitas capelas com cemitérios anexos nas cidades localizadas ao longo dos caminhos percorridos pelos tropeiros.

Em Ponta Grossa esse traço também marca presença com a Capela Santa Bárbara, que apesar de ter sido construída pelos jesuítas no século XVIII, tem ligação com os tropeiros, que exerciam sua religiosidade ao passar pela localidade.

A Capela Santa Bárbara (fotografia 4) foi a primeira capela construída nos Campos Gerais. Inicialmente se tratava de um oratório erguido pelos Jesuítas da Companhia de Jesus, devido à doação da Sesmaria do Itaiacoca, ou Fazenda Pitângui, em 1727.

Com a intensificação da passagem dos tropeiros pelo local, o oratório foi transformado em capela. “Trata-se de uma construção simples, com traços que marcam a vida e a religiosidade da época. Feita de pau a pique e reboco, coberta com telhas oriundas de Paranaguá, trazidas em lombo de burro.” (SANTOS; POLON, 2005, p. 6).

FOTOGRAFIA 4 – Capela Santa Bárbara



Fonte: PARANÁ, 2006, p. 388-389.

Outro monumento que aborda a história do Tropeirismo na cidade é o *Monumento ao Sesquicentenário* (fotografia 5), localizado na Praça Marechal Floriano Peixoto, que conta a história do município através de desenhos em baixo relevo, mostrando um tropeiro acompanhado de um animal de carga.

FOTOGRAFIA 5 – *Monumento ao Sesquicentenário*

Fonte: A autora, 2013.

Outros aspectos materiais presentes na cidade são as edificações de casas mais antigas ou do interior e os acervos de particulares e dos museus, que contemplam objetos diversos destinados à preparação do alimento, à montaria e carregamento dos animais, além de vestimentas e outras ferramentas.

Um desses acervos é o acervo pessoal do proprietário de uma chácara na área urbana da cidade, que abriga “um grande acervo material com cangalhas, vestimentas e determinados instrumentos musicais” (Informação verbal)¹⁰.

3.3 PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL

Dentre os principais traços imateriais identificados estão: o *saber-fazer*¹¹, do trabalho com couro e com os animais, o trabalho feito pelo o *Cancioneiro da Rota*, o

¹⁰ Entrevista concedida a autora, em 17 de maio de 2013.

¹¹ “Saber Fazer” é o domínio do processo que envolve materiais, ferramentas e técnicas utilizadas em ofícios tradicionais. (PRADO, 2011, p.135).

linguajar, a gastronomia, o ensino da história do Tropeirismo nas escolas e as reconstruções da figura do tropeiro e comemorações ao Tropeirismo.

O saber-fazer, do trabalho com couro e com os animais, é um dos aspectos mais difíceis de perceber no espaço urbano, pois, em geral, as atividades relacionadas ao trabalho com os animais e com o couro, como a montaria se restringem à área rural.

O trabalho realizado pelo *Cancioneiro da Rota*, trata-se de um projeto Itinerante, desenvolvido nos Campos Gerais pelo professor Silvestre Alves, professor de Língua Portuguesa, Técnico em Turismo Rural e colaborador do projeto Tropeiro Brasil. (ALVES, 2013, s/p.).

Neste projeto, o professor Silvestre Alves intitulado como *Cancioneiro da Rota*, percorre escolas e eventos da região ministrando oficinas e palestras, nas quais, além de cantar suas canções com letras associadas ao tropeirismo entre outras composições, também divulga o *Jogo do Tropeiro* de sua autoria.

O *Jogo do Tropeiro* (figuras 1 e 2) é um jogo de tabuleiro em que os peões (jogadores) devem se deslocar de Viamão (RS) à Sorocaba (SP), se movimentando de acordo com as cartas, que contém informações sobre diversas situações enfrentadas pelos tropeiros nos séculos XVIII e XIX. O autor também disponibiliza em seu *website* uma versão on-line do jogo. (ALVES, 2013, s/p.).

FOTOGRAFIA 6 – *Jogo do Tropeiro*



Fonte: MONASTIRSKY, 2012.

Em relação às reconstruções da figura do tropeiro e comemorações ao Tropeirismo destacam-se as *tropeadas* promovidas por proprietários de fazendas para seus convidados, bem como a participação desses grupos em desfiles como pode ser observado na fotografia 9 (Anexo A), obtida na Casa da Memória, em que

Outro aspecto importante para a manutenção da memória do Tropeirismo é o ensino sobre esta história nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que as crianças aprendem sobre questões referentes à cultura local, bem como sobre o Tropeirismo.

O artesanato também reconstitui a memória do Tropeirismo através de peças produzidas por artesãos que comercializam seus produtos na Casa do Artesão localizada na Praça Barão do Rio Branco na Rua Augusto Ribas. Dentre essas peças estão trabalhos com couro e madeira que retratam currais, muares carregados (fotografia 7), baús, entre outros objetos.

FOTOGRAFIA 8 – Artesanato (Casa do Artesão)



Fonte: A autora, 2013.

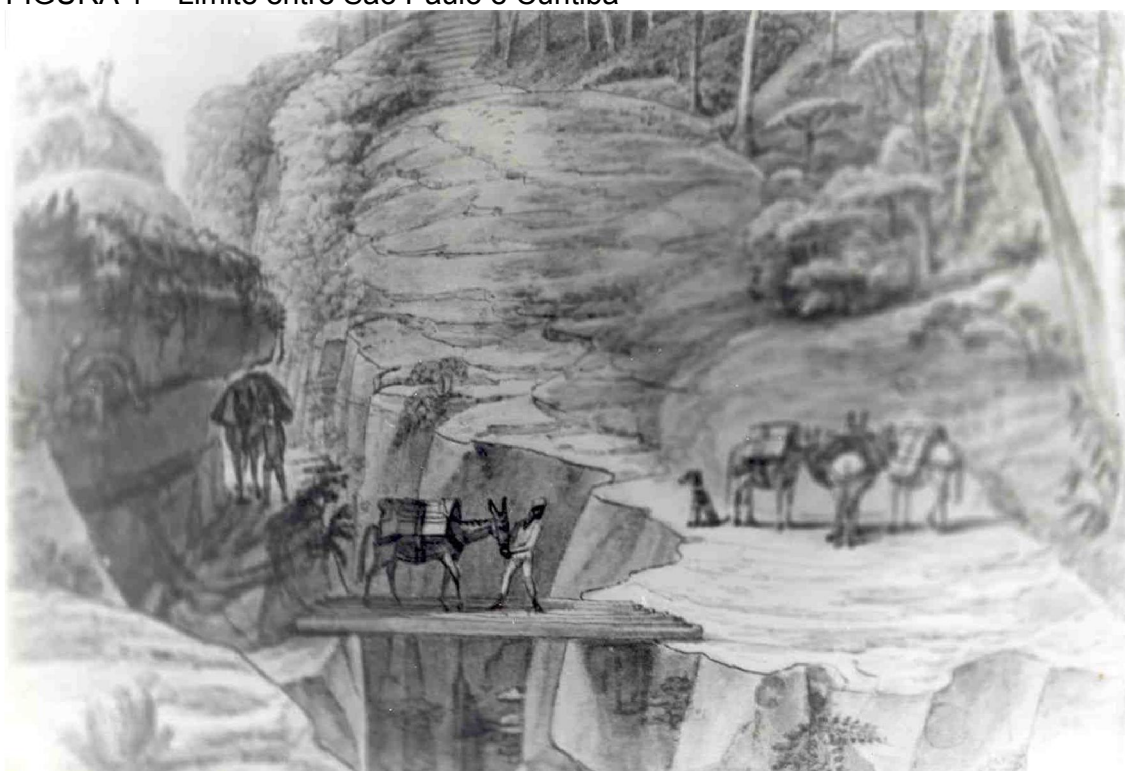
3.3 MUSEUS (ACERVO)

Atualmente o município de Ponta Grossa tem quatro museus, entretanto apenas o Museu Campos Gerais e o Museu Época contêm peças referentes ao Tropeirismo, pois, os outros dois, o Museu de Geologia e Paleontologia de Vila Velha e o Museu de Arqueologia têm seu acervo voltado para outras áreas.

Apesar de ter sido citada nos questionários, como um dos museus visitados pela população, a Casa da Memória atualmente não é considerada um museu, pois, a mesma tem um caráter documental, dispondo apenas de documentos como desenhos, “fotografias e bibliografias (livros, artigos, monografias) que tratam desse momento” (Informação verbal)¹³.

Algumas fotografias digitalizadas, disponibilizadas pela Casa da Memória, podem ser observadas no Anexo A. O desenho seguinte (figura 2) estava entre essas imagens que compõem o acervo da Casa da Memória.

FIGURA 1 – Limite entre São Paulo e Curitiba



Fonte: Casa da Memória, s/d.

O Museu Campos Gerais, administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa dispõem de diferentes acervos permanentes e temporários. Entre os seus acervos permanentes, o museu disponibiliza para a visitação um acervo de objetos e fotos do dia-a-dia dos tropeiros, organizado na forma de um acampamento tropeiro (fotografia 8). Entretanto, as peças deste acervo não são de propriedade do museu, são peças emprestadas que aguardam inventário.

¹³ Entrevista concedida a autora, em 12 de junho de 2013.

FOTOGRAFIA 9 –Coleção de tropeirismo (Museu Campos Gerais)



Fonte: A autora, 2013.

O Museu Época é um museu particular administrado e organizado por seu proprietário e curador. O *museu de um homem só*¹⁴ possui poucos objetos relacionados ao tropeirismo que, devido dificuldades na manutenção, não estavam em exposição no momento da entrevista.

3.4 RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO

O município de Ponta Grossa, bem como outros municípios do Paraná, se originou com a passagem e o pouso das tropas pela região. A partir dos dados obtidos através de questionários aplicados à população da cidade de Ponta Grossa, entre os dias 18 de julho e 01 de agosto de 2013 (Apêndice B), foi possível analisar o reconhecimento da população quanto aos traços do Tropeirismo na cidade.

O gráfico 1 aponta o percentual de indivíduos que citaram o Tropeirismo como processo relacionado a origem do município de Ponta Grossa.

¹⁴ KUBASKI, D. O museu de um homem só. *Gazeta do Povo*, Curitiba, Cultura, 17 set. 2012.

GRÁFICO 1 – Origem do município de Ponta Grossa

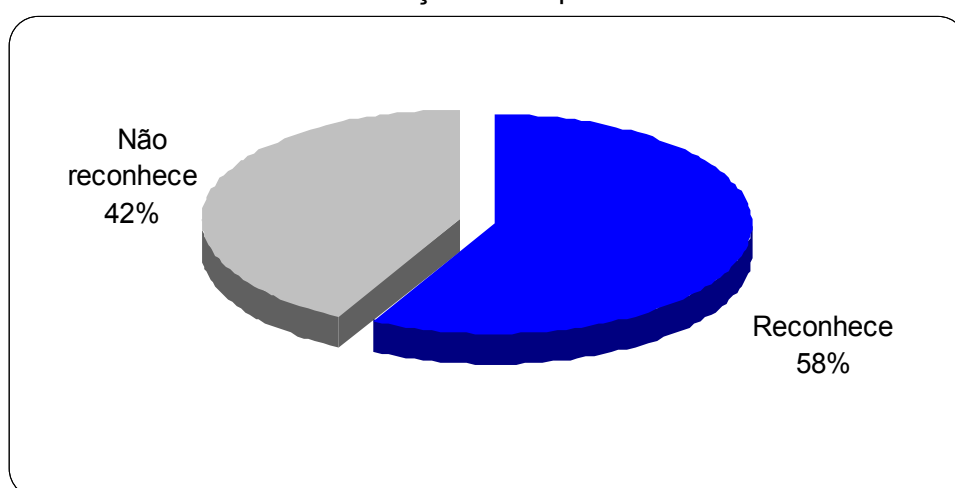


Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

O percentual de respondentes da pesquisa, que admitiram a existência de traços decorrentes do Tropeirismo no espaço urbano da cidade (gráfico 2), foi superior em relação ao percentual de participantes que apontaram o Tropeirismo como processo relacionado à origem da cidade.

Essa diferença, provavelmente se deve ao próprio enunciado da questão que anuncia o assunto *Tropeirismo*, lembrando os respondentes daquilo que já tinham tomado conhecimento em algum momento da sua trajetória escolar.

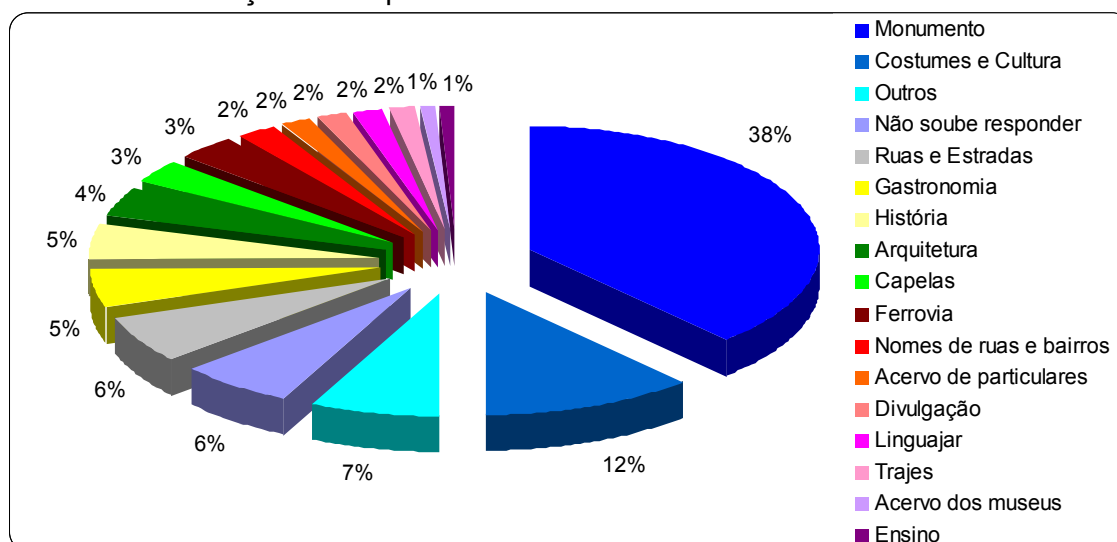
GRÁFICO 2 – Reconhecimento de traços do Tropeirismo em Ponta Grossa



Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

O conhecimento da população sobre a existência de elementos decorrentes do Tropeirismo na cidade demonstra-se escasso. As pessoas têm dificuldade em citar traços ou elementos que representem esse patrimônio na cidade, conforme os dados do gráfico 3, no qual observa-se aproximadamente 70 % das respostas apontaram apenas o Monumento ou respostas não específicas ou não conclusivas.

GRÁFICO 3 – Traços do Tropeirismo em Ponta Grossa

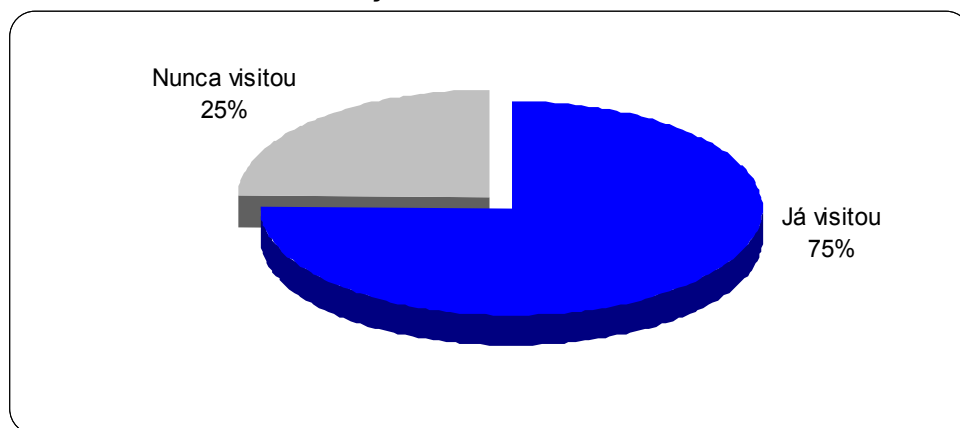


Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

O *Memorial do Tropeirismo* foi o principal elemento apontado como um traço decorrente do Tropeirismo na cidade. Em relação a esse aspecto, durante a pesquisa também foi possível notar a dificuldade das pessoas em se referir ao memorial, abordando-o na maioria das vezes como “aquele monumento perto do mercado X”, “o monumento localizado na rotatória de Oficinas”, “perto da nova biblioteca”, “próximo à antiga Indústria Wagner”.

De acordo com o gráfico 4 verifica-se que a visita aos museus em Ponta Grossa, não é uma prática comum entre os seus moradores, diferentemente outras cidades menores e/ou consideradas históricas.

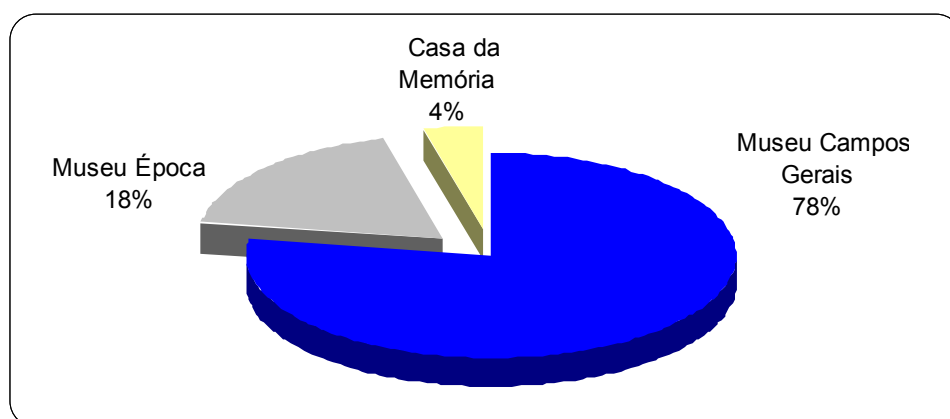
GRÁFICO 4 – Percentual de visitação aos museus em Ponta Grossa



Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

O Museu Campos Gerais é o museu mais conhecido e mais visitado da cidade, seguido pelo Museu Época e pela Casa da memória, conforme aponta o gráfico 4. Outros museus como o Museu de Geologia e Paleontologia de Vila Velha e o Museu de Arqueologia não foram apontados nas respostas aos questionários.

GRÁFICO 5 – Museus Visitados

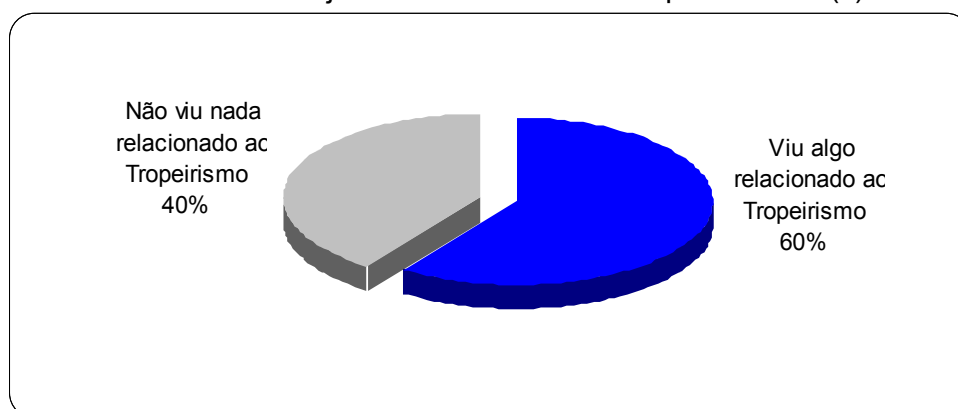


Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

Apesar de o Museu Campos Gerais disponibilizar uma coleção sobre o Tropeirismo, esta coleção não é bem conhecida pela população abordada que em grande parte não lembra de nada de seu acervo, possivelmente por nunca tê-lo visitado ou por tê-lo visitado há muito tempo.

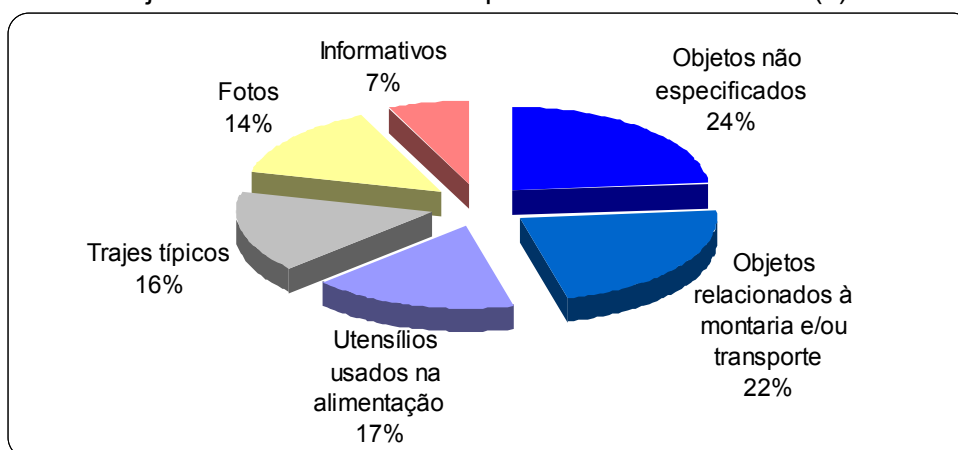
Conforme os gráficos 6 e 7, muitos dos indivíduos responderam que não observaram nada relacionado ao Tropeirismo e mesmo entre aqueles que disseram ter visto, alguns não souberam dizer o que exatamente havia no museu visitado.

GRAFICO 6 – Existência de objetos relacionados ao Tropeirismo no (s) museu (s)



Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

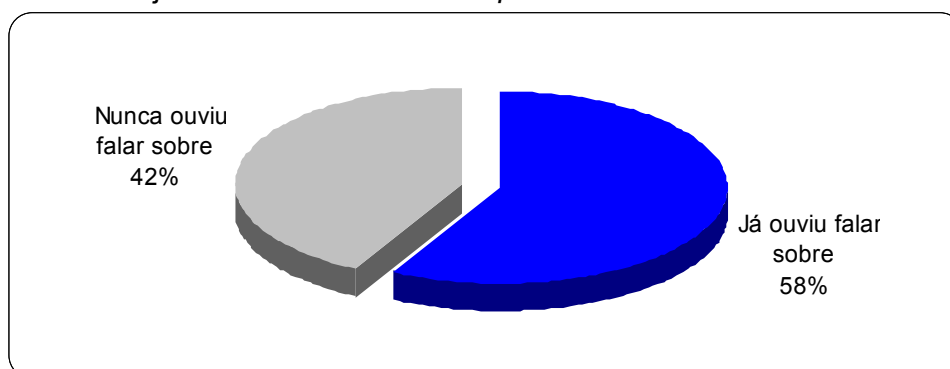
GRAFICO 7 – Objetos relacionados ao Tropeirismo observados no (s) museu (s)



Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

Essa dificuldade em dizer quais eram os objetos referentes ao Tropeirismo vistos no museu, pode ser atribuída ao fato de que faz muito tempo que esta visita aconteceu, pois, em muitos dos casos, as pessoas só vão ao museu enquanto crianças ou adolescentes através de um passeio da escola ou até mesmo na companhia dos pais.

Em relação à ciência da existência do projeto turístico *Rota dos Tropeiros*, muitas pessoas nunca ouviram falar sobre o projeto. Já entre aqueles que sabem da existência do projeto, muitos viram em alguma reportagem que abordava o assunto, mas não sabem necessariamente do que se trata.

GRAFICO 8 – Projeto turístico *Rota dos Tropeiros*

Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

A questão da importância da valorização da história do Tropeirismo na cidade (gráfico 9) foi amplamente aceita pelos entrevistados, que na sua grande maioria concordaram que o governo e a sociedade devem valorizar mais essa história.

GRAFICO 9 – Importância da valorização da história do Tropeirismo em Ponta Grossa

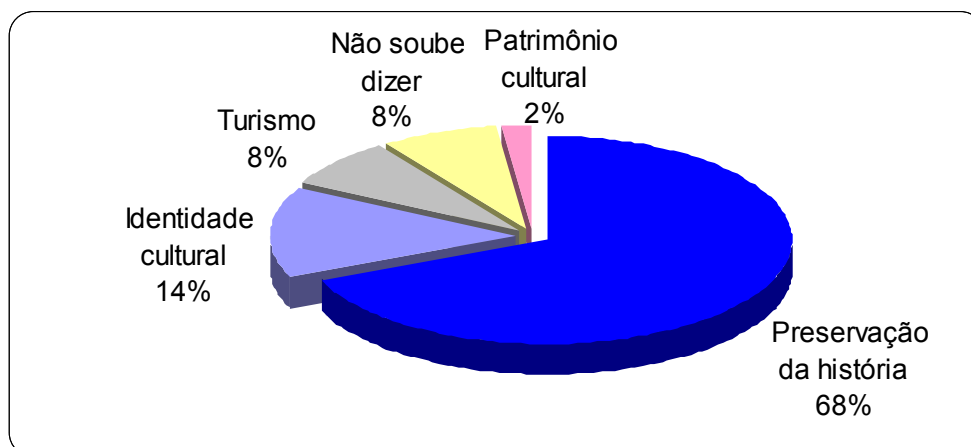


Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

Dentre os motivos apontados como justificativa da necessidade da valorização da história do Tropeirismo em Ponta Grossa (gráfico 10), a preservação da história e da identidade cultural foram os elementos mais apontados.

O turismo foi citado poucas vezes demonstrando assim, que nem mesmo a população reconhece o potencial turístico decorrente deste patrimônio cultural.

GRAFICO 10 – Motivos para a valorização da história do Tropeirismo em Ponta Grossa



Fonte: Questionários aplicados à população de Ponta Grossa, 2013.
Organização: A autora, 2013.

Apesar da concordância dos entrevistados em relação à importância da valorização da história do Tropeirismo na cidade, ao considerar as respostas das questões em geral, nota-se a ausência da divulgação deste elemento histórico e o desinteresse por parte dos indivíduos abordados em relação ao patrimônio cultural decorrente do Tropeirismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Ponta Grossa surgiu em decorrência do movimento do Tropeirismo, ao percorrer rotas como o *Caminho do Viamão* e o *Caminho das Missões*, as tropas atravessavam a localidade, parando nos Campos Gerais para *pouso* e *invernada*, dando início à ocupação dessa região.

Esse ciclo econômico contribuiu para a formação de vários municípios do Paraná no século XVIII, que bem como Ponta Grossa, atualmente integram o projeto de regionalização do turismo *Rota dos Tropeiros*, que tem como foco a integração desses municípios.

Entretanto, considerando suas raízes com o movimento do Tropeirismo e sua participação no referido projeto, observa-se certa ausência dos traços históricos e desta temática no espaço urbano de Ponta Grossa.

Nesse sentido a pesquisa procurou identificar remanescentes históricos desse ciclo econômico na paisagem e no espaço urbano de Ponta Grossa na forma de patrimônio cultural material e/ou imaterial.

Através dos resultados obtidos é possível refutar a hipótese de que o município de Ponta Grossa não apresenta traços históricos materiais e imateriais decorrentes do Tropeirismo no seu espaço urbano.

Alguns aspectos materiais que podem ser facilmente observados são: os dois monumentos que homenageiam essa história, o traçado das ruas e estradas decorrente dos trajetos percorridos pelos tropeiros, a placa que indicava a antiga rua das tropas disponível aos transeuntes em local visível, o acervo permanente do Museu Campos Gerais, entre outros aspectos mais dispersos como a Capela Santa Bárbara que não se localiza na área urbana e acervos de particulares.

Dentre os traços imateriais estão: o *saber-fazer* do trabalho com couro e com os animais (área rural), o trabalho do *Cancioneiro da Rota*, o ensino sobre o Tropeirismo nas escolas, o artesanato que retrata alguns aspectos dessa história, a gastronomia, o linguajar, as comemorações e as reconstituições da imagem do Tropeiro (desfiles e tropeadas realizadas por particulares).

Entretanto, essas características permanecem de certa forma invisível à população, pois a discussão relacionada à preservação desse patrimônio cultural permanece restrita aos trabalhos acadêmicos e ao trabalho realizado na Educação

Infantil, não existem ações e políticas públicas de incentivo à preservação e divulgação desse patrimônio cultural.

A cidade que teve seu desenvolvimento acelerado com a implantação da ferrovia parece ter assumido que a história anterior a esse processo já se perdeu e não representa mais a sociedade local.

Mesmo assim, Ponta Grossa faz parte de um projeto turístico que propõe integrar diversas cidades paranaenses que tiveram suas raízes no Tropeirismo, e considerando que, além de outras potencialidades turísticas a cidade também dispõe de elementos decorrentes do Tropeirismo, não faz sentido que o poder público simplesmente desconsidere esse aspecto apontando que sua participação tem apenas uma função logística no projeto.

Tendo em vista a existência de resquícios históricos do Tropeirismo no espaço urbano de Ponta Grossa, considera-se que esse patrimônio cultural deve ser preservado e disseminado, contribuindo assim, tanto para a formação de uma identidade cultural local que contemple este aspecto, quanto para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Entende-se que para isso, é necessária a criação de projetos e políticas públicas de preservação e de divulgação desse patrimônio cultural em âmbito municipal, que possam ir ao encontro às ações regionais decorrentes do projeto *Rota dos Tropeiros*. Como exemplo, dessas ações pode-se citar as iniciativas dos municípios de Castro, Lapa e Tibagi que contemplam a história do Tropeirismo através dos museus com acervos voltados especificamente ao Tropeirismo e de restaurantes que servem pratos típicos da cultura tropeira.

REFERÊNCIAS

ADAMS, B. **Preservação urbana**: gestão e resgate de uma história. Patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 192 p.

ALVES, S. **Autor**. Disponível em: <<http://www.silvestrealves.com.br/>>. Acesso em: 26 de março de 2013.

AMCG. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.amcg.com.br/sobre/>>. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas. Brasília, 2004. 32 p.

BUENO, F. **Geografia tropeira**: subsídios ao estudo do tropeirismo. Castro: Ed. do autor, 2008. 60 p.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2006. 288 p.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagens, textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 90-132.

FRASSON, A. C. GOMES, S. A. **Tropeirismo**: processo civilizatório da região sul do Brasil. SEED-PR, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/frasson_artigo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.

GOOGLE. **Google Drive**. Disponível em: <<http://www.google.com/drive/apps.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. CAPES / PROCAD. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 116-138.

KNEBEL, R. L. Belle époque ponta-grossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 309-323.

KUBASKI, D. **O museu de um homem só**. Gazeta do Povo, Curitiba, Cultura, 17 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1297968&tit=O-museu-de-um-homem-so>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MACIEL, L. A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa (1880/1920). In: FENELON, D. R. et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. CAPES / PROCAD. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p.14-40.

MALHO, L. B. et al. **A ocupação irregular da bacia do Arroio da Ronda, em Ponta Grossa – PR, como fator de influência nas suas características ambientais**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Lucas%20Bonatelli%20Malho.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 37-51.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço Urbano: Memória social e patrimônio cultural. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul/dez 2009.

MUSEU DO TROPEIRO. **Casa de Sinhara**. Disponível em: <<http://museudotropeirocastro.blogspot.com.br/2010/09/perspectivas-e-contribuicoes.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Um pouco de história**. Disponível em: <<http://museudotropeirocastro.blogspot.com.br/2010/09/perspectivas-e-contribuicoes.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná**. Curitiba, 2006. p. 388-389. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/tombados/PGR2-135F.jpg>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Regimento interno do CEPHA da SEEC**. Curitiba, 1987. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/RegCEPHA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

PAULA, J. C. M. de. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 53-63.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

PRADO, R. Patrimônio cultural: ofícios antigos em Porto Alegre. Dossiê "Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente Patrimônio (2010)". **Mouseion**, Canoas, n.10, pp.135-149, jul-dez, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Fundação Municipal de Turismo. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.pg.pr.gov.br/acidade>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

_____. Casa da Memória Paraná. **Rua Augusto Ribas**. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/smct/casadamemoria/ruas/scan0011_0.jpg>. Acesso em: 20 set. 2013.

RIBEIRO, J. H. **Os tropeiros: Diário da Marcha**. São Paulo: Globo, 2006. 175 p.

SACHELLI, M. J. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 167-191.

SAHAIDAK, A. **A implantação do projeto turístico Rota dos Tropeiros (PR): políticas públicas e governança**. 2013, 126f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SAHR, C. L. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 13-36.

SAHR, W-D; SAHR, C. L. L. A imagem turística cultural do planalto dos Campos Gerais. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 393-413.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Coleção Milton Santos; I.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, C. H. C. da. **O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria. v. 16, n. 2, p. 47-61, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/7334>>. Acesso em: 02 out. 2013.

SILVA, O. B. da. Memória, preservação e tradições populares. In: **Direito à Memória**. São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p.17-20.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2013.

ZULIAN, R. W. "A nova Ponta Grossa": cidade religiosa? Catolicismo e educação em Ponta Grossa – 1889-1930. In: DITZEL, C. de. H. M. SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 327-349.

APÊNDICE A – Entrevistas

As entrevistas com representantes de instituições relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural do município de Ponta Grossa (PR) foram realizadas entre os dias 30 de abril e 15 de julho de 2013, sendo conduzidas por um tópico guia (Apêndice A1) e gravadas com auxílio de um gravador digital. Para tanto foi solicitado aos entrevistados que assinassem uma autorização de uso de imagem, som de voz, nome, dados biográficos, informações, opiniões e conceitos (Apêndice A2).

APÊNDICE A1 – Tópico Guia

1. Qual a importância do Tropeirismo na formação de Ponta Grossa - PR?
2. Existem resquícios do Tropeirismo no município?
 - 2.1 Materiais?
 - 2.2 Imateriais?
3. Onde são encontrados?
4. Os museus contemplam esse acervo?
5. Por que a história do Tropeirismo é pouco visível, pouco divulgada?
6. Como é a participação de Ponta Grossa na Rota dos Tropeiros?
7. O que o poder público poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?
8. O que o setor privado poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

APÊNDICE A2 – Autorização de uso de imagem, som de voz, nome, dados biográficos, informações, opiniões e conceitos

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos, informações, opiniões e conceitos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor *obras acadêmicas* que venha a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede na Av Carlos Cavalcanti, 4748; sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home video”, DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e *formação de acervo acadêmico*, sem qualquer ônus a UEPG ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a *preservação da memória histórica*, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

Nome:
Endereço:
Cidade:
RG Nº:
CPF Nº:
Telefone para contato:

APÊNDICE A3 – Entrevista com a Diretora do Museu Campos Gerais

A entrevista com a Diretora Técnica do Museu Campos Gerais, professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, suplente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Artístico de Ponta Grossa – COMPAC entre julho de 2004 e abril de 2009, foi realizada no dia 30 de abril de 2013, às 14 horas, no Museu Campos Gerais, localizado na Rua Engenheiro Schamber, nº. 686, Centro, Ponta Grossa – PR.

RESPOSTAS TRANSCRITAS

1. Qual a importância do Tropeirismo na formação de Ponta Grossa - PR?

A formação do município de Ponta Grossa se deve à paulatina ocupação e fixação dos Campos Gerais no início do século XVIII, decorrente da doação das primeiras sesmarias, em 1704. A região faz parte do Caminho de Viamão percorrido pelos Tropeiros por ter características topográficas e hidrográficas favoráveis. Esse movimento intensificou o processo de ocupação originando o pouso que cresceu e se transformou em bairro de Castro, mais desenvolvida na época.

2. Existem resquícios do Tropeirismo no município?

2.1 Materiais?

O traçado irregular de algumas ruas no centro, com sentido norte - sul (Castro - Palmeira), demonstra a relação com o caminho percorrido pelos tropeiros, em uma dessas ruas ainda está a placa da antiga *Rua das Tropas*, atual Rua Augusto Ribas. Outro elemento material é o Memorial do Tropeirismo.

2.2 Imateriais?

O *saber-fazer* de artesãos que trabalham com o couro e com os animais (montaria, rodeio), ainda presente na cidade e o trabalho feito pelo *Cancioneiro da Rota*, resultante da iniciativa privada do professor Silvestre.

3. Onde são encontrados?

O traçado irregular das ruas pode ser observado no centro da cidade, a placa da antiga *Rua das Tropas* está fixada no Centro de Cultura na Rua Augusto Ribas e o Memorial do Tropeirismo está localizado na rotatória da Rua Silva Jardim.

4. Os museus contemplam esse acervo?

O Museu Campos Gerais contempla um pequeno acervo de objetos emprestados ao museu. O acervo da Casa da Memória é voltado ao patrimônio ferroviário, porém, possui fotos, documentos e jornais que datam da época em que foi instituído o primeiro prefeito na cidade, assim pode contemplar parte da história do Tropeirismo. O Museu Campos Gerais disponibiliza para consulta, o livro “A Terra do Futuro (Impressões do Paraná)”, escrito em 1912, que trás as impressões de Nestor Vitor sobre sua primeira visita à Ponta Grossa, descrevendo-a como *dorminhoca e poeirenta*, mostrando a atividade tropeira da época, com a poeira levantada pelas tropas.

5. Por que a história do Tropeirismo é pouco visível, pouco divulgada?

Inicialmente porque o Tropeirismo faz parte apenas do conteúdo trabalhado na educação infantil, depois em geral, o assunto só é retomado em alguns cursos superiores. Não existem políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural, que não tem representação na Fundação Municipal de Cultura, órgão de gestão que cria políticas públicas com apoio do Conselho Municipal de Política Cultural. Outro motivo é a desconsideração e desvalorização do patrimônio histórico e cultural em gestões municipais anteriores.

6. Como é a participação de Ponta Grossa na Rota dos Tropeiros?

Parece ter tido melhor representação na gestão de 2001 a 2004.

7. O que o poder público poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

Cabe à Fundação Municipal de Cultura e ao Conselho Municipal de Política Cultural criar políticas públicas que promovam e protejam esse patrimônio.

8. O que o setor privado poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

Não caberia ao setor privado, pois, é função do poder público, porém, iniciativas privadas como a do *Cancioneiro da Rota*, dependem de mais valorização.

APÊNDICE A4 – Entrevista com a chefe da Divisão de Assuntos Culturais da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais

A entrevista com a chefe da Divisão de Assuntos Culturais da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX, professora do Departamento de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Diretora de Turismo na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – PMPG (2005-2009), membro do Conselho Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC, foi realizada no dia 17 de maio de 2013, às 14 horas na PROEX, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº. 129, Centro, Ponta Grossa – PR.

RESPOSTAS TRANSCRITAS

1. Qual a importância do Tropeirismo na formação de Ponta Grossa - PR?

A importância do Tropeirismo está na origem da cidade. Com o início do ciclo da mineração no Brasil toda a produção aurífera da região de Gerais (Minas Gerais), sustentava a economia do Brasil, entretanto, devido ao aumento da busca por ouro, a pequena quantidade de gado que restou do período da lavoura canavieira não foi suficiente para sustentar a demanda de alimentação dos mineiros e de transporte de mercadorias. Essa demanda passou a ser atendida através da condução de gado da região do Rio Grande do Sul e dos Pampas Uruguaios (gado mais domesticado em função das reduções jesuíticas) e do transporte de mercadorias feito pelas tropas de muares das Minas até o Porto do Rio de Janeiro. Assim, surge um ciclo econômico na região sul do Brasil, em especial no Paraná chamado de Tropeirismo. Em virtude desse movimento de circulação surgiram alguns pousos em locais com pasto bom e disponibilidade de água, nos quais, as tropas paravam para o descanso. Uma dessas paradas era nas proximidades do atual aeroporto, onde era possível avistar o “capão da ponta grossa”, que deu origem aos primórdios do que hoje conhecemos como Ponta Grossa.

2. Existem resquícios do Tropeirismo no município?

2.1 Materiais?

São poucos os resquícios materiais que ainda não foram destruídos. Havia uma placa identificando a Rua Augusto Ribas, como a antiga *Rua das Tropas*, há

um Memorial em homenagem ao Tropeirismo e também alguns documentos históricos na Casa da Memória e no Museu Campos Gerais. Não temos mais sedes de fazendas, pois, existentes já foram descaracterizadas.

2.2 Imateriais?

Existem mais resquícios intangíveis como o linguajar gaúcho / castelhano, com algumas expressões trazidas do Rio Grande do Sul, a alimentação com influência ainda muito forte, a paçoca de carne, o churrasco e a utilização do pinhão não só cozido e assado, mas também como componente de outros pratos, além do trabalho que os professores fazem nas escolas sobre o Tropeirismo.

3. Onde são encontrados?

Alguns objetos estão dispersos no Museu Campos Gerais, no Museu Época e em uma chácara, onde o proprietário tem um grande acervo material com cangalhas, vestimentas e determinados instrumentos musicais. Esses objetos foram expostos na atual Casa da Memória, antiga Estação Paraná quando a mesma ficou vazia logo que a rede ferroviária saiu do centro.

4. Os museus contemplam esse acervo?

No Museu Campos Gerais foi montado um acampamento tropeiro, com objetos emprestados por um morador da cidade que ainda era considerado um tropeiro, em função das diferentes fases do Tropeirismo, que começou em 1731 com a primeira tropa que passou aqui, e desapareceu nas décadas de 1960-1970 com a substituição pelo caminhão.

5. Por que a história do Tropeirismo é pouco visível, pouco divulgada?

O próprio processo de crescimento e urbanização de Ponta Grossa contribuiu para a descaracterização dos elementos históricos do Tropeirismo no imaginário da população e do Tropeirismo como patrimônio material. O Tropeirismo fundou e a Erva-Mate urbanizou a cidade. Com a chegada da linha do trem, foram construídas as duas estações que fizeram de Ponta Grossa, depois de Curitiba, o empório econômico, social e cultural do interior do Paraná. A cidade se modernizou rapidamente. Na década de 70 o processo de industrialização é acelerado com o PLADEI – Plano de Desenvolvimento Industrial, do prefeito Ciro Martins. Por ter sido

pólo da ferrovia e posteriormente da rodovia, com as primeiras grandes indústrias dos Campos Gerais, como a Santista e a Cargill, o alargamento de suas fronteiras urbanas foi bem maior que o de Palmeira e de Castro, por exemplo. Castro tem dois elementos importantes do Tropeirismo, o Museu do Tropeiro e a Casa de Sinhara, em Palmeira e Tibagi também se encontra alguma coisa, mas em Ponta Grossa existem apenas projetos isolados de fomento da memória do Tropeirismo.

6. Como é a participação de Ponta Grossa na Rota dos Tropeiros?

A Rota dos Tropeiros é vendida como um produto turístico da região. Em Castro é possível ver o Tropeirismo, mas em Ponta Grossa o local mais rápido para ver algo do Tropeirismo é o Museu Campos Gerais. Houve tentativas de preservação e de recuperação dessa memória, com o selo da Rota dos Tropeiros colocado em bolsas e outros objetos e com a Alcatra no espeto, mas isso é pouco. Atualmente Ponta Grossa participa da Rota, mas não sei se é efetivamente.

7. O que o poder público poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

Atualmente não existe a cultura de preservação do Tropeirismo em Ponta Grossa, são desenvolvidas ações isoladas, com o turismo, com as escolas e ações como a do proprietário da fazenda acima citada e a do curador do Museu Época, ou como em uma cartilha sobre o turismo em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais em que a pombinha da lenda conta a história do Tropeirismo vestida de tropeira. O poder público, principalmente a Secretaria de Cultura, a Fundação de Cultura e a Fundação de Turismo deveriam ser pontuais e dar ênfase para a história da cidade, porque se piscarmos, até o final do ano não haverá mais elementos materiais nem da ferrovia.

8. O que o setor privado poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

Os hotéis envolvidos no projeto Rota dos Tropeiros fizeram o selo e disponibilizavam o material da Rota dos Tropeiros aos clientes, mas em função do turismo e da geração de lucro e não da preservação da memória histórica. A iniciativa privada poderia incentivar a publicação de materiais bibliográficos, fazer uma campanha de redações e/ou desenhos sobre o Tropeirismo com a publicação dos melhores, mas sem a articulação do poder público também seriam projetos isolados.

APÊNDICE A5 – Entrevista com o Assistente Cultural da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa na Casa da Memória de Ponta Grossa

A entrevista com o Assistente Cultural da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – PMPG na Casa da Memória de Ponta Grossa, foi realizada no dia 12 de junho de 2013, às 14 horas na Casa da Memória, localizada na antiga Estação Paraná, Rua Benjamim Constant, nº. 318, Centro, Ponta Grossa – PR.

RESPOSTAS TRANSCRITAS

1. Qual a importância do Tropeirismo na formação de Ponta Grossa - PR?

Sua existência depende exclusivamente do Tropeirismo, que foi um momento importante na história do Paraná em que muitas cidades se desenvolveram. Ponta Grossa era um local estratégico com disponibilidade de água, comida, pensão e onde o gado podia ser deixado, sendo assim, um pouso importante. Percebe-se com base nos dados do IBGE, o início do desenvolvimento da cidade com o Tropeirismo e depois o aumento desse desenvolvimento com a chegada da ferrovia.

2. Existem resquícios do Tropeirismo no município?

2.1 Materiais?

São poucos os resquícios materiais que levem diretamente a esse momento que às vezes é reconstruído para enaltecer a história. Existem algumas fotos, na maioria já como celebração ao Tropeirismo. Há o Memorial do Tropeirismo, algumas peças no Museu Campos Gerais e a Capela de Santa Bárbara que foi construída pelos jesuítas, mas tem ligação com o Tropeirismo por estar no caminho dos tropeiros. Existem mais resquícios materiais do desenvolvimento posterior ao Tropeirismo, como as estações ferroviárias e os documentos da época da ferrovia, da extração da madeira e da erva-mate.

2.2 Imateriais?

Na Casa da Memória, o que temos nesse momento é essa nostalgia da figura do tropeiro e das comemorações ao Tropeirismo.

3. Onde são encontrados?

Há o Memorial do Tropeirismo, a Capela Santa Bárbara e algumas peças e fotos podem ser encontradas nos Museus Campos Gerais e Época e na Casa da Memória.

4. Os museus contemplam esse acervo?

O Museu Época tem peças que remetem a esse período como armas e vestimentas, mas é um acervo pequeno. Na Casa da Memória existem fotografias e bibliografias (livros, artigos, monografias) que tratam desse momento.

5. Por que a história do Tropeirismo é pouco visível, pouco divulgada?

Um professor dizia que “aqui só se fala de tropeiro, é tropeiro vai, tropeiro vem, tropeiro vai...”, ele queria dizer que a história não está ligada só ao Tropeirismo, que de fato é estudado na área acadêmica. Porém, no senso comum o Tropeirismo é pouco divulgado e trabalhado, parece que não faz parte das pessoas, muitas não conhecem, não sabem do que se trata, como e porque ocorria.

6. Como é a participação de Ponta Grossa na Rota dos Tropeiros?

Ponta Grossa está com o nome no projeto, mas as pessoas não sabem o que é a Rota dos Tropeiros, e não enxergam isso com o valor que deveriam enxergar como uma oportunidade de turismo consciente. Para um real envolvimento da cidade, teria que haver uma abordagem política.

7. O que o poder público poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

O papel do poder público é incentivar essa história, como em Castro, por exemplo, em que o Museu do Tropeiro traz a história do Tropeirismo e sua importância para o desenvolvimento das cidades. Ponta Grossa é muito mais lembrada pela ferrovia, que é um momento de muita efervescência cultural, em que surgem o jornal, as rádios, os cinemas. O Tropeirismo não tem essa visibilidade, o poder público pode contribuir com a educação, propiciando conhecimento sobre o caminhos das tropas, montando um memorial. É cada vez mais difícil encontrar ações como a proprietária do Museu Época que é particular, os impostos são pagos para isso, então é dever do poder público incentivar e mostrar essa história.

8. O que o setor privado poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

Se o turismo relacionado ao Tropeirismo fosse bem trabalhado, muitas coisas poderiam ser incluídas como a gastronomia e a própria história, mas primeiro teria que haver uma ação pública para depois uma ação particular.

APÊNDICE A6 – Entrevista com o proprietário e curador do Museu Época

A entrevista com o proprietário e curador do Museu Época, foi realizada no dia 15 de julho de 2013, às 16 horas, no Museu Época, localizado na Praça Roosevelt, nº.56, Centro, Ponta Grossa – PR. Algumas respostas não foram transcritas por não tratarem do Tropeirismo.

RESPOSTAS TRANSCRITAS

1. Qual a importância do Tropeirismo na formação de Ponta Grossa - PR?

A cidade foi fundada através dos Tropeiros, os precursores que desbravavam nosso “mato”, e com o passar do tempo começaram a formar cidades nos locais em que pousavam ao longo do trajeto, a cada 30 km aproximadamente, que era a distância em que os Tropeiros podiam viajar durante um dia.

2. Existem resquícios do Tropeirismo no município?

2.1 Materiais?

O maior acervo sobre o Tropeirismo é o acervo do Museu Campos Gerais, o Museu Época tem poucos objetos, que não estão em exposição.

2.2 Imateriais?

3. Onde são encontrados?

4. Os museus contemplam esse acervo?

5. Por que a história do Tropeirismo é pouco visível, pouco divulgada?

“A história no Brasil é curta de cultura”, está havendo falta disso, será que teremos que voltar ao tempo de Dom Pedro 1º?

6. Como é a participação de Ponta Grossa na Rota dos Tropeiros?

7. O que o poder público poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

O poder público é o único que tem condições para a preservação da história da sua própria civilização.

8. O que o setor privado poderia fazer em função da “cultura do Tropeirismo”?

O poder público tem mais condições que o poder privado, não é obrigação do poder privado e sim do poder público.

APÊNDICE B – Questionários

Foram aplicados 149 questionários (Apêndice B1) à população da cidade de Ponta Grossa. Dentre os quais, 60 foram aplicados em locais públicos (Parque Ambiental Governador Manoel Ribas, Rua 15 de Novembro, Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Terminal Central), nos dias 18, 25, 26, 30 e 31 de julho de 2013 com o auxílio de duas pesquisadoras auxiliares, e outros 89 foram respondidos através de um formulário digital feito no *Google Drive* e divulgados através de uma rede social em grupos de interesse da cidade, ficando disponível para o preenchimento entre os dias 30 de julho e 01 de agosto de 2013.

APÊNDICE B1 – Questionário

- 1 Natural de: () Ponta Grossa – PR () Outro: _____.
- 2 Reside em: () Ponta Grossa – PR () Outro: _____.
- 2.1 Caso não seja natural de Ponta Grossa, reside aqui há quantos anos? _____.
- 3 Qual é a origem do município de Ponta Grossa?
() Não sabe () Tropeirismo () Ferrovia () Imigrantes () Outro(s): _____.
- 4 Reconhece traços do Tropeirismo no município de Ponta Grossa?
() Sim () Não
- 4.1 Quais? _____.
- 5 Já visitou algum museu em Ponta Grossa? () Sim () Não
- 5.1 Qual (quais)? _____.
- 5.2 Viu no (s) museu (s) algo relacionado ao Tropeirismo? () Sim () Não
- 5.3 O quê? _____.
- 6 Conhece o Projeto Turístico *Rota dos Tropeiros*? () Sim () Não
- 7 O governo e a sociedade devem valorizar mais a história do Tropeirismo?
() Sim () Não
- 7.1 Por quê? _____.
- 8 Formação: () Sem ensino () Ensino Fundamental
() Ensino Médio () Ensino Superior
- 9 Renda familiar (salário mínimo): () até 1 () 1 a 5 () 5 a 10 () Mais de 10
- 10 Idade: ____ anos. 11 Sexo: () M () F

APÊNDICE B2 – Respostas

Visando facilitar a interpretação das informações obtidas através da aplicação dos questionários, as respostas foram categorizadas em perfil dos entrevistados e conhecimento do Tropeirismo.

a) Perfil dos entrevistados

Nesta categoria foram agrupadas as respostas referentes às questões relativas ao perfil dos indivíduos que responderam ao questionário. O perfil dos entrevistados foi obtido através das respostas das perguntas 1, 2, 8, 9, 10 e 11 e se referem respectivamente à: naturalidade, cidade de residência, tempo de residência em Ponta Grossa, formação, renda familiar (salário mínimo), idade e sexo.

TABELA 1 – Perfil dos entrevistados

Nº	Informação	Respostas	Respondentes	Percentual
1	Naturalidade	Ponta Grossa	105	70%
		Outras cidades	44	30%
2	Cidade de residência	Ponta Grossa	147	99%
		Outras cidades	02	01%
2.1	Reside em Ponta Grossa há ¹⁵	Menos de 11 anos	20	48%
		Entre 11 e 30 anos	16	38%
		Mais de 30 anos	06	14%
8	Formação	Sem ensino	03	02%
		Ensino Fundamental	20	13%
		Ensino Médio	43	29%
		Ensino Superior	83	56%
9	Renda familiar (salário mínimo)	Até 01	17	11%
		De 01 a 05	87	59%
		De 05 a 10	36	24%
		Mais de 10	09	06%
10	Idade	De 16 a 20 anos	26	17%
		De 21 a 60 anos	118	80%
		Mais de 60 anos	05	03%
11	Sexo	Feminino	81	54%
		Masculino	68	46%

Org. A autora.

¹⁵ Percentual em relação aos 44 participantes que não são naturais do município de Ponta Grossa.

b) Conhecimento do Tropeirismo

Nesta categoria foram agrupadas as respostas das questões que visavam identificar se a população conhece a história do Tropeirismo e o patrimônio decorrente dessa história, bem como a opinião sobre sua preservação. Essas informações foram obtidas através das respostas das perguntas 3, 4, 5, 6 e 7 que se referem ao conhecimento da origem da cidade com o Tropeirismo, dos remanescentes desse movimento, da existência de acervo específico nos museus, da participação da cidade no projeto turístico Rota dos Tropeiros e da importância da preservação deste patrimônio cultural.

TABELA 2 – Conhecimento do Tropeirismo

Nº	Informação	Categorias	Nº. Absoluto	Percentual
3	Qual a origem do município de Ponta Grossa?	Tropeirismo	57	38%
		Não sabe / Não lembra	45	30%
		Não especificou	43	29%
		Outros	04	03%
4	Reconhece traços do Tropeirismo no município de Ponta Grossa?	Sim	86	58%
		Não	63	42%
4.1	Traços ¹⁶	Monumento	48	38%
		Costumes e Cultura	15	12%
		Outros	09	07%
		Não soube responder	08	06%
		Ruas e Estradas	08	06%
		Gastronomia	06	05%
		História	06	05%
		Arquitetura	05	04%
		Capelas	04	03%
		Ferrovia	04	03%
		Nomes de ruas e bairros	03	02%
		Acervo de particulares	02	02%
		Divulgação	02	02%
		Linguajar	02	02%
		Trajes	02	02%
5	Já visitou algum museu em Ponta Grossa?	Acervo dos museus	01	01%
		Ensino	01	01%
		Sim	112	75%
		Não	37	25%

¹⁶ Percentual em relação aos 126 itens citados pelos 86 participantes que disseram reconhecer traços do Tropeirismo na cidade.

5.1	Qual (quais)?	Museu Campos Gerais	97	78%
		Museu Época	23	18%
		Casa da Memória	05	04%
5.2	Viu no (s) museu (s) algo relacionado ao Tropeirismo? ¹⁷	Sim	67	60%
		Não	45	40%
5.3	O quê? ¹⁸	Objetos (em geral)	18	24%
		Objetos usados na Montaria e Transporte	17	22%
		Objetos usados na alimentação	13	17%
		Trajes	12	16%
		Fotos	11	14%
		Informativos	05	07%
6	Conhece o Projeto Turístico Rota dos Tropeiros?	Sim	86	58%
		Não	63	42%
7	O governo e a sociedade devem valorizar mais a história do Tropeirismo?	Sim	141	95%
		Não	08	05%
7.1	Por quê? ¹⁹	Preservação da história	107	68%
		Identidade cultural	22	14%
		Turismo	12	08%
		Não soube dizer	12	08%
		Patrimônio cultural	03	2%

Org. A autora.

¹⁷ Percentual em relação aos 112 participantes que já visitaram algum museu na cidade.

¹⁸ Percentual em relação aos 67 participantes que viram nos museus algo relacionado ao Tropeirismo.

¹⁹ Percentual em relação aos 141 participantes que consideram que o governo e a sociedade devem valorizar mais a história do Tropeirismo.

ANEXO – Fotografias (Acervo: Casa da Memória)

FOTOGRAFIA 10 – Desfile na Avenida Vicente Machado



Fonte: Acervo Casa da Memória, s/d.

FOTOGRAFIA 11 – Tropeiros



Fonte: Acervo Casa da Memória, s/d.

FOTOGRAFIA 12 – Tropeiros



Fonte: Acervo Casa da Memória, s/d.

FOTOGRAFIA 13 – Tropeiros



Fonte: Acervo Casa da Memória, s/d.